

CARLOS PIMENTA
Assistente da F. E. U. P.

**SALÁRIOS E PREÇOS NO SÉCULO XIX
EM PORTUGAL
ANÁLISE ECONÓMICA**



COIMBRA

1983

CARLOS PIMENTA
Autor da obra

SALÁRIOS E PREÇOS NO SÉCULO XIX
EM PORTUGAL
ANÁLISE ECONÓMICA

SEPARATA
DO
BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS
Vol. XXVI



COMBURA

1983

Salários e preços no século XIX em Portugal

Análise Económica *

O estudo da realidade económica contemporânea exige sempre a contribuição da história. A elaboração de modelos explicativos causais entre categorias económicas, com o seu duplo pendor qualitativo e quantitativo, impõe a clara consciência do lugar histórico que as relações estudadas ocupam e da sua dinâmica de transformação. A multidisciplinariedade entre economistas e historiadores é condição indispensável para um melhor conhecimento do mundo em que vivemos e das linhas de força fundamentais da sua transformação, embora nesse caminho do futuro não exista um determinismo pré-estabelecido, mas antes um conjunto de momentos «catastróficos» de modificação das regras de funcionamento, sempre susceptíveis de vias alternativas, umas de desvio de contradições, outras de agravamento e, em momentos históricos, de resolução daquelas.

Esta colaboração científica, que choca com os atrasos no desenvolvimento cultural no nosso país e a falta de

(*) Este artigo não teria sido possível sem a inestimável colaboração de todo o pessoal do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, a quem manifesto o mais rasgado reconhecimento. Não posso deixar também de agradecer a todos os colegas que na Faculdade de Economia do Porto têm trabalhado comigo no GEMOR, tentando um trabalho de investigação que a Universidade não promove.

instituições adequadas, que permite o surgimento de sectarismos e «políticas de capela», manifesta-se com particular relevância na abordagem dos salários e preços.

Nos últimos anos surgiram e desenvolveram-se concepções interpretativas da evolução dos salários que exigem uma visão do passado para testar a sua veracidade. Sem a pretensão de fazer a sua listagem, referiremos algumas que se ligam estreitamente ao conteúdo deste artigo:

a) Quando se verifica que nos anos mais recentes os salários tendem a reagir bastante à evolução dos preços, contrariamente ao que parecia acontecer algumas décadas antes, tal facto é considerado como um fenómeno novo da realidade capitalista:

«Hines mostra efectivamente que se no séc. XIX era o nível de desemprego que podia explicar o movimento dos salários, já não é o mesmo depois da primeira guerra mundial» (COURBIS, 17, 124) (*)

mesmo específico de uma nova organização global da sociedade nos planos económico, social, político e ideológico, normalmente designada por «regulação monopolista»:

«Por consequência, toda a perturbação afectando os preços no consumidor repercute-se imediatamente nos salários nominais, quaisquer que sejam as situações de emprego. O impacto dos preços já não é, nesse caso, um simples efeito residual mas constitui a

(*) O primeiro número refere-se à posição da obra na Bibliografia constante do fim do artigo. O segundo indica a página. No caso de uma obra ter vários volumes o número da página seria antecedido por uma referência ao número do volume em numeração romana.

expressão de uma nova modalidade de funcionamento, na medida em que, nesse novo contexto institucional é perfeitamente possível que os preços aumentem em contrapartida de uma extensão das capacidades excedentes e (ou) duma subida do desemprego» (BOYER, 6, 48).

b) A explicação desta dinâmica conjunta de salários e preços, numa relação de causalidade, poucas vezes suficientemente clarificada, encontra frequente justificação em dois factores extra-económicos e, portanto, não questionáveis: a sindicalização e as expectativas ou antecipações dos agentes económicos, nomeadamente dos sindicatos. A tristemente famosa explicação do aumento de preços pelos custos salariais excedentários em relação à variação da produtividade assenta claramente nessa tese:

«Esta responsabilidade dos sindicatos e dos mercados com estrutura não-concorrencial representa uma das constantes da explicação da inflação pelos custos: quase todos os autores que se debruçaram sobre o problema invocaram-na: as unidades económicas têm um poder continuo e «autónomo» de reivindicar e de obter altas salariais e de repercutir estas nos preços» (Fritoussi, 24, 97).

O recurso sistemático ao comportamento dos agentes e à sua capacidade de permanentemente reconhecer as situações — embora a falta de informação seja um dos temas «quentes» da teoria económica contemporânea —, prever o futuro e antecipar-se constitui hoje uma das constantes de quase toda a literatura académica, particularmente a de inspiração monetarista. Entre nós o Banco de

Portugal introduziu no seu relatório de 1977 a referência às «expectativas inflacionistas» para explicar o agravamento da inflação.

c) Na análise entre variações de salários e de preços continua a insistir-se na ideia de Phillips de que

«a alta dos preços só tem incidência sobre os salários se fôr particularmente forte» (COURBIS, 17, 119).

É certo que diversos trabalhos têm ensaiado repôr algumas destas questões no seu devido lugar e, como é reconhecido em (BOYER, 7, 33) ao referir-se ao século XIX

«...regulação concorrencial... se os salários se mantêm sensíveis ao ritmo de actividade industrial, eles manifestam também uma muito ligeira dependência positiva em relação ao custo de vida»,

mas a verdade é que o enquadramento histórico das novas realidades e a procura das continuidades e rupturas, e sua interligação recíproca, estão pouco difundidos.

Com este modesto trabalho não visamos analisar todos estes aspectos, pelo menos com a devida pormenorização. Aliás, tal exigiria uma compilação de dados económico-sociais que estão longe de serem disponíveis (desemprego, actividade económica, luta reivindicativa, repartição das despesas, comportamentos económicos dos diversos extractos populacionais, etc.) e uma interdisciplinarietà que não existe.

O nosso objectivo é bastante mais modesto: fornecer um conjunto de dados sobre salários e preços no séc. XIX que permitam a economistas e historiadores elaborarem uma reflexão colectiva com vista à obtenção de

ensinamentos para o presente. Simultaneamente apresentar algumas explicações possíveis para as relações entre salários e preços e procurar vislumbrar hipóteses da sua aderência à realidade com base em alguns ensaios económicos.

Não visamos fazer trabalho de historiador. A nossa análise e as conclusões que retiramos são do estrito foro da economia política.

Apesar da singeleza dos propósitos parece-nos poder concluir que algumas das teorias avançadas para a explicação da actual dinâmica dos salários são excessivamente voluntaristas, isto é, na medida em que apenas olham para o comportamento dos agentes, enquanto indivíduos ou instituições, esquecem as determinantes profundas de articulação das categorias económicas que constituem o próprio quadro objectivo em que os membros das sociedades se movem, conjuntural e estruturalmente. No século XIX as variações dos preços e dos salários fazem-se com frequentes subidas e descidas, com ritmos muito variáveis e sem uma clara lei explicativa, as expectativas não têm um quadro favorável à sua manifestação — pela pouca intensidade das variações médias, pelas alterações de rumo, pela própria desarticulação da economia numa fase de amadurecimento do mercado interno —, o movimento sindical é inexistente e a luta reivindicativa processa-se de forma bastante diferente da actual e, apesar de tudo isso, a relação entre variações de salários e de preços apresenta uma forte correlação, insuficientemente alterada por outras variáveis económicas e demográficas capazes de reflectir alterações no mercado de trabalho. Apesar de ser provado o desigual comportamento dos salários das várias categorias socio-profissionais, os dados disponíveis parecem apontar para uma relação entre salários

e preços pela via da influência das variações destes nas daqueles.

Os dados são insuficientes para a elaboração de um estudo econométrico detalhado. A história do séc. XIX na perspectiva que apontamos está por fazer. Por tudo isso seria muito arrojado da nossa parte tentar elaborar um modelo explicativo ou erigir como verdade permanente algumas das lições que podemos retirar. Não pretendemos construir teorias, embora não deixemos de apontar como mais provável de se ajustar à realidade em transformação do capitalismo a teoria do valor-trabalho, mas apenas contribuir para a crítica de algumas concepções enraizadas no empirismo da ciência académica actual. Não é uma mera atitude negativa: a economia política constrói-se também na crítica à teoria económica.

1. Duas categorias económico-sociais: salários e preços

Os salários e preços são frequentemente encarados como realidades diferentes pela sua inserção no todo social, pela natureza económica, pelos impactos sociais.

Consideramos que um tal ponto de partida pode viciar a análise subsequente. Não deixando de reconhecer que entre ambos existe um conjunto de diferenças, não podemos esquecer que essas próprias divergências, mesmo contradições, são a expressão da sua identidade no essencial. À diversidade fenomenológica que a experiência permite assimilar opõe-se a unidade metafenomenológica das determinantes profundas das referidas categorias.

Por isso começamos por abordar este problema, partindo da unidade para a especificidade.

Uma abordagem completa deste assunto exigiria traçar uma economia política e uma história dos preços e dos salários, o que está longe do presente artigo. Daí o carácter sintético, quase exclusivamente referenciador, do que se segue.

1.1. *Sua unidade essencial*

A unidade entre salários e preços encontra-se na lei do valor-trabalho que nos diz que as mercadorias são transaccionadas com base na quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução. E dizer isto pressupõe:

a) a existência de produtores independentes que são partes integrantes da luta da sociedade contra a natureza pela sua própria sobrevivência; a propriedade privada dos meios de produção é a expressão jurídica que, em parte, essa independência assume e que acaba, em determinada fase do seu desenvolvimento, por assumir a forma de separação entre quem realiza o trabalho e quem possui a propriedade;

b) a essa independência corresponde simultaneamente uma interdependência forjada no primado da sociedade sobre o indivíduo (do ponto de vista económico, mas também biológico e psicológico, etc) e na impossibilidade de cada produtor criar o conjunto de bens necessários à satisfação das suas necessidades, também elas produto do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção;

c) as mercadorias são uma relação social na medida em que têm por base os aspectos referidos e constitui, por isso, o elemento de ligação objectivo entre os diversos

produtores sociais; essa natureza social é-lhe inerente ao facto de ser, simultaneamente, valor de uso e valor;

d) é da contradição entre o valor de uso e o valor, expressa na diferença de momentos em que cada uma dessas facetas se manifesta e na cristalização em agentes económicos diferentes, que resulta a troca. Esta não é a mera sucessão cronológica à produção porque

— na fase histórica em que o proprietário dos meios de produção e o trabalhador surgem separados as trocas processam-se inevitavelmente através da moeda, equivalente geral sobredeterminado politicamente, e aquela cria a possibilidade formal de ruptura entre compra e venda, entre produção e circulação, expressão da indissolubilidade das diversas funções da moeda;

— a circulação das mercadorias pressupõe previamente uma determinada repartição do rendimento;

— a circulação é a validação social da produção e esta só se assume efectivamente como socialmente necessária após o acto de troca: permite a passagem de mercadorias potenciais a mercadorias efectivas, de valores potenciais para os seus produtores a valores de uso para outrem;

e) o valor de troca é a expressão quantitativa dessa contradição entre valor de uso e valor e tem como determinante directo o aspecto da mercadoria que embora qualitativo (o valor) se expressa objectivamente de uma forma quantitativa (quantidade de valor); a quantidade de valor é medida pela quantidade de tempo (não cronológico) de trabalho necessária à sua reprodução no momento em que é transaccionada, tendo em conta as condições

sociais de produção no espaço de homogeneização dos trabalhos concretos em trabalho abstracto.

A unidade entre salários dos trabalhadores e preços das mercadorias comuns transaccionadas encontra-se nesta lei do modo de produção mercantil, que assume toda a sua maturidade e plenitude de manifestação na sociedade capitalista. Ambos são preços, expressões monetárias do valor de troca, expressão da quantidade de valor e da existência de mercadorias: os salários estão para a força de trabalho como os preços estão para as restantes mercadorias.

Aliás, esta unidade entre as categorias referidas manifesta-se em diversas escolas económicas, sobretudo nas de raiz ricardiana. Mesmo encarando o preço como um resultado simplista da oferta e da procura esse mecanismo é comumente aplicado para ambas: ponto de encontro de oferta e procura, ora tomando como referência o preço natural ora a maximização da utilidade dos agentes intervinientes.

É certo que certas análises apoloéticas dos salários como a assumida por JEVONS⁽¹⁾ e alguns autores das escolas austríaca e matemática levaram a desvios desta visão, o mesmo acontecendo com o facto do keynesianismo ter dedicado mais atenção ao salário enquanto parcela da distribuição do rendimento e variável importante para a explicação dos comportamentos institucionais conjunturais. Por isso relembramo-lo aqui, tanto mais

(1) Recorde-se a afirmação de Jevons (30, 270):

«O ponto de vista que eu aceito quanto à taxa salarial não é mais difícil de compreender que a usual. É o de que os salários dum trabalhador são, em último lugar, coincidentes com o que ele produz, depois de deduzida a renda, os impostos e os juros do capital».

que os aspectos referidos são aplicáveis à realidade portuguesa da segunda metade do século XIX e exprime-se nos dados disponíveis: os pedreiros são trabalhadores assalariados, vendem quotidianamente a sua força de trabalho e o salário é o seu preço; os bens que estiveram na base da construção dos índices de preços foram produzidos para outrem, transaccionados no mercado. É certo que o grau de homogeneização do trabalho complexo em simples não se processou sempre da mesma forma durante esse período em resultado da crescente proletarização, modificação da mobilidade da força de trabalho e das mercadorias, enfim, em resultado do amadurecimento do mercado interno que entretanto se foi processando e da alteração das forças produtivas, mas tal não é suficiente para pôr em causa o afirmado. Antes demonstra que as categorias económicas têm sempre um significado histórico e que a designação constante de uma categoria não pode fazer esquecer a mutabilidade do seu significado.

Do afirmado teremos de concluir que os salários e preços são categorias em evolução histórica unidas na essencialidade da sua determinação. A sua análise não pode consubstanciar-se à partida em antagonismos, em polos diferenciados de explicação, em fundamentações exógenas dispare e específicas. Os salários e preços, antes de mais, são a expressão de um dado desenvolvimento das forças produtivas e de uma adequada articulação destas com as relações sociais de produção. São categorias sociais que obedecem à lei do valor.

1.2. *As especificidades e os antagonismos*

Do afirmado anteriormente não poderemos deduzir, obviamente, a existência de uma identidade entre os dois

conceitos e as suas respectivas dinâmicas. A unidade de formação e existência impõe a diversidade de posições nas malhas das relações sociais.

As especificidades são sempre relativas, no sentido que apenas podem ser expressas em relação a um termo de comparação: os salários são específicos em relação aos restantes preços e inversamente.

Por comodidade utilizaremos o termo de referência habitual e referiremos aquelas na observação dos salários:

a) A mercadoria força de trabalho tem um valor de uso muito particular que é o de criar valor; todas as restantes mercadorias apenas são capazes de transferir o seu valor. Deste facto resulta que a força de trabalho tem que estar inevitavelmente presente em todo o acto de produção. Nunca é capital-mercadoria como as restantes e sempre, quando integrada no movimento do capital, capital variável.

b) A ligação psico-biológico-social entre a força de trabalho e o trabalhador impõe mecanismos de reprodução que a diferenciam das restantes mercadorias pela duração, pelo tipo de trabalhos nela incorporados, pela diversidade e complexidade das suas variáveis sociais e morais.

c) A força de trabalho é transaccionada tendo dos dois lados do mercado — um mercado viciado porque quer a oferta quer a procura são determinadas pela acumulação capitalista — duas classes sociais antagónicas. Enquanto para as restantes mercadorias as transacções se processam entre «agentes» que podem ter muitos posicionamentos na contextura social global, no caso do mercado de «trabalho» temos frente a frente grupos sociais que são a expressão directa da posição em relação aos

meios de produção. Deste aspecto central resultam diversos factos importantes:

- os salários exprimem sempre o valor da força de trabalho, mas com enviesamentos impostos pela luta de classes, a qual é sempre desequilibrada, a classe capitalista é a dominante em capitalismo, objecto da nossa análise, embora ainda nos primórdios;
- o Estado capitalista sempre interveio socializando uma parte da reprodução da força de trabalho, embaraçando os encargos das empresas e restantes instituições, no caso presente os responsáveis de obras da Câmara, com os trabalhadores;
- há uma permanente mistificação ideológica sobre o significado do salário que, influenciando a consciência social dos trabalhadores e a sua capacidade de sentir e exprimir necessidades e anseios, modifica a dinâmica da sua evolução.

As especificidades fundam-se, pois, nas diferenças de condições de produção e circulação das mercadorias vulgares e da mercadoria força de trabalho e na coincidência do mercado desta com a estrutura classista fundamental da sociedade capitalista.

As relações entre estas variáveis partem da unidade anteriormente referida mas processa-se no quadro da luta de classes que nunca é espontânea. Os salários e os preços ocupam lugares específicos na acumulação capitalista e na manifestação das diversas leis do seu desenvolvimento.

1.3. *Sua localização histórica*

Já fizemos referência à mutabilidade de significado económico-social de conceitos como os de «salários» e

«preços». Tal facto dever-nos-ia conduzir a traçar, mesmo que sumariamente, o conteúdo de tais categorias no quadro histórico do séc. XIX.

É certo que existem diversos trabalhos nesse sentido realizados para diferentes países, mas as extrapolações neste campo tornam-se particularmente perigosas. A história dos modelos de acumulação capitalista no nosso país exige o estudo da nossa própria realidade para o contexto nacional e cada uma das grandes áreas geográficas e sectoriais. É um estudo que ainda está por fazer.

Limitar-nos-emos a referir que uma das características normalmente apresentadas para os preços e salários no passado século é a sua extrema sensibilidade às flutuações do mercado e aos seus desequilíbrios, o que parece ser confirmado pela descrição empírica, embora não seja possível encontrar uma clara correspondência entre as dinâmicas conjunturais dos preços e salários e a da produção.

Fica aqui apenas o alerta para um trabalho a realizar.

2. As vias de explicação possível de uma relação simples: $\dot{S} = s(\dot{P})$

O que nos vai ocupar no presente ponto é enunciar as possíveis explicações da existência de uma relação significativa entre a variação dos salários e a variação dos preços, o que tenderá a expressar a capacidade de reacção da primeira variável em relação à segunda.

São muitos os estudos sobre esta temática, sobretudo ligados à chamada curva de Phillips, relação entre a taxa de variação dos salários nominais e a taxa de desemprego. Limitar-nos-emos a referenciar as grandes vias de explicação, não entrando em excessivas pormenorizações.

Os ensaios econométricos que ocuparão o ponto seguinte do presente artigo também dizem respeito às relações entre variações de salários e outras variáveis (tais como crises, movimentos migratórios) ou a outras, de teor diferente, expressas pela função inversa da acima referida. Contudo todos esses aspectos surgem como marginais ou como reforços da tese principal: a comprovação de uma estreita relação do tipo referido anteriormente.

Nos quatro pontos seguintes debruçar-nos-emos, embora com desenvolvimentos diferentes, sobre outras tantas vias de explicação. A primeira remete para uma velha discussão sobre as determinantes do comportamento dos agentes, a segunda para a sensibilidade simultânea dos salários e preços ao movimento da conjuntura, a terceira para a hierarquização dos mercados e a particular influência do mercado de trabalho e, finalmente, a última para o entendimento do salário como preço de uma mercadoria, a que já fizemos referência.

Todo este debate servirá para esclarecer algumas questões e para explicar aspectos da evolução dos salários mas é insuficiente para um entendimento teórico global das componentes explicativas do movimento diacrónico dos salários. Embora tal não constitua a nossa pretensão, não deixaremos que fazer algumas breves referências a outros elementos a ter em conta para a elaboração de um modelo mais completo de determinação da variável explicada.

2.1. *Salários nominais versus salários reais*

Segundo os autores que se situam na esteira clássica do «homem económico racional», as variações dos salários

acompanham as variações dos preços não porque exista uma relação de causalidade entre essas variáveis, mas porque os agentes económicos comportam-se de uma forma racional, isto é, reagem em termos reais. Os trabalhadores guiar-se-iam pelo poder aquisitivo dos seus salários e não pela quantidade de moeda que receberiam. Esta posição é também compartilhada por posições keynesianas em certas situações da conjuntura:

«Assim, para as correntes neo-clássicas, ou para as keynesianas numa situação de pleno emprego, o equilíbrio no mercado de trabalho estabelece-se em termos de salários reais, o que passa por um comportamento, considerado aprioristicamente possível e sem constrangimentos sociais, dos agentes nas negociações salariais, segundo as normas de inexistência de qualquer ilusão monetária. A inclusão das variações de preços como variável independente seria a forma de compensar o facto da variável explicada ser a taxa de variação da taxa de salário nominal» (PIMENTA, AAVV, 55, 68).

Após a obra fundamental de KEYNES (33) o debate em torno desta questão tem sido frequentemente localizado na existência ou não de «ilusão monetária». O assunto apresenta-se, hoje, estreitamente ligado à polémica sobre o significado das expectativas e sobre o seu comportamento de longo prazo — aceitação de hiatos conjunturais entre os comportamentos nominais e reais devido aos mecanismos adaptativos actuarem por tentativa e erro e à falta de informação dos agentes — ou de curto prazo — ligado a teoria das expectativas racionais.

Abordemos ligeiramente estes temas. A obra de Keynes referida centraliza a atenção sobre o salário nominal e há uma

«rejeição da hipótese de que o nível geral dos salários reais possa ser directamente determinado pelo carácter das negociações sobre os salários» (KEYNES, 33, 25) acrescentando que

«a experiência comum ensina-nos, sem deixar lugar a dúvidas, que em vez de mera possibilidade, a situação em que a mão-de-obra estipula (dentro de certos limites) um salário nominal e não real, constitui o caso normal» (KEYNES, 33, 21)

para concluir, sobre o processo de contratação colectiva, que as organizações dos trabalhadores apenas consideram no salário real a sua relatividade em relação às outras camadas de trabalhadores.

Contrapondo-se, assim, frontalmente à posição «clássica» iniciou o debate sobre a existência ou não de «ilusão monetária», de que não existem conclusões definitivas, apesar dos ensaios econométricos mostrarem de uma forma convincente a fragilidade das explicações da acção dos agentes baseada na sua perfeita racionalidade.

Mas se as conclusões estão sempre abertas à procura de novos argumentos e ao repisar dos velhos debates é porque a teoria clássica, mais do que explicar a realidade, visa adaptá-la ao modelo construído e, também, porque a questão está mal colocada. Com efeito, discutir a existência ou não de ilusão monetária é centralizar o debate não sobre as determinantes objectivas do económico e do social mas sobre as motivações dos agentes, pressupondo que o seu comportamento reflecte inevitavelmente a sua

vontade livremente construída e expressa. É entender a acção social como o simples somatório sem constrangimentos das acções individuais, é identificar o «bem» social com o «bem» individual, é continuarmos enredados na problemática walrasiana e na lógica de Pareto.

Procuremos com um exemplo hipotético ilustrar o que afirmamos. Admitamos que os trabalhadores organizavam-se e lutavam pela manutenção do seu poder aquisitivo. Nesse caso a uma subida de preços de 10% reagiriam com um aumento de salários de igual montante relativo. Se o conseguissem — o que poderia resultar de manifestação do seu querer e organização ou da concórdia com a estratégia das empresas, satisfeitas com a situação de partilha do rendimento a nível nacional ou orientadas por um comportamento oligopolista de elevação dos custos salariais para entrave da concorrência —, diríamos que não tinham sofrido de ilusão monetária. Se o aumento ainda fosse mais intenso poderíamos analisar da mesma forma acrescentando ou uma lógica de repartilha do rendimento ou de antecipação em relação ao futuro. Pelo contrário, se os trabalhadores não conseguissem obter o aumento desejado seríamos levados a concluir que sofreriam de ilusão monetária, isto é, raciocinavam em termos de quantidade de moeda recebida e perderiam de vista a evolução do seu poder aquisitivo. Ou poderíamos ainda dizer que em potência não sofrem de ilusão monetária, mas dada a sua insuficiência de informação — expressão da sua posição nos fluxos económicos ou da propaganda governamental — tinham sido induzidos a um aumento insuficiente, sendo de admitir que num momento futuro adaptar-se-iam melhor à realidade.

Do referido resulta com uma relativa clareza que o que está em jogo sob a capa do debate referido é toda

a questão da inserção dos agentes na malha social, das condicionantes objectivas e subjectivas à sua percepção da realidade e capacidade de intervenção, é, no caso do comportamento salarial, tudo o que se relaciona com a luta de classes, realidade objectiva imposta pelos diferentes posicionamentos em relação à propriedade dos meios de produção. Neste contexto, pois, não é de estranhar que os salários tendam a apresentar uma elasticidade em relação aos preços diferente significativamente da unidade, com tendência para ser frequentemente inferior ⁽²⁾. Tal pode ser traduzido como a existência de ilusão monetária, mas o que efectivamente significa é a fraqueza em que os trabalhadores se encontram na luta de classes na sociedade capitalista.

Como encarar este debate quando se refere aos preços e salários no século XIX? Apesar da criação doutrinal do «homem económico racional» ser sobretudo um produto anterior à crise de 1929/33, a verdade é que quase tudo levaria a admitir a existência de uma forte «ilusão monetária» nessa época, ora pela alternância de sinal das variações dos preços, ora por ausência de informação adequada, ora ainda por falta de organização dos trabalhadores. Dizemos quase tudo porque o baixo nível salarial, a sua reduzida capacidade para satisfazer as necessidades fundamentais dos trabalhadores poderia levar a aumentar a sua «sensibilidade» à dinâmica dos preços.

Colocados os problemas nestes termos deixa de ter muito significado analisar o problema das expectativas, adaptativas ou racionais. Convirá apenas dizer, para não

(2) Esta afirmação não significa que de quando em vez não surjam estudos que apontem para uma elasticidade semelhante a 1. É o caso, por exemplo, de (Eckstein, 21).

deixar dúvidas, que tal não significa desconhecer ou negar, que alguns agentes económicos procurarão antever a evolução dos preços e antecipar comportamentos. Significa apenas que a constatação empírica desses factores psicológicos, por estudar de uma forma científica, têm que ser encarados como expressões subalternas de uma realidade mais profunda, que tais comportamentos individuais podem não exprimir as acções sociais globais, que o causado não pode ser apresentado como causa. E, seguramente, que a inadequação das expectativas como variável capaz de moldar a taxa de variação dos salários se aplica com particular clareza ao que se passou no século XIX.

2.2. *Salários e preços na conjuntura*

Para alguns autores a simultaneidade de comportamento dos salários e dos preços não exprime uma relação de causalidade de uma variável em relação à outra, mas apenas a sua simultânea determinação por outra variável, ou conjunto delas, que poderíamos designar por conjuntura. Assim o facto da relação $\dot{S} = s(\dot{P})$ ser significativa estatisticamente apenas exprimiria a verificação de $\dot{S} = f(C)$ e $\dot{P} = g(C)$, designando-se por C a conjuntura, em sentido lato. Esta dinâmica, designada de conjuntural é, contudo, uma manifestação global da estrutura do sistema, tendo como tempos decisivos as crises, momentos de moldagem profunda do económico. Por isso essas dependências da evolução conjuntural não seriam uma realidade eterna e imutável. Em cada modelo de acumulação as funções f e g assumiriam uma determinada forma: manifestar-se-ia com particular evidência durante o capitalismo anterior à segunda grande guerra.

Analisemos separadamente cada uma das referidas funções de influência da conjuntura, entendida como variável autónoma determinada por um vasto conjunto de factores, começando por *g*.

Dizer que os preços evoluem com a conjuntura durante o período por nós estudado em mais detalhe no presente artigo, transformou-se num lugar comum citado em todos os manuais: durante os períodos de crise os preços baixariam e durante a expansão aumentariam, enquanto nas restantes fases do ciclo apresentariam situações de transição. É mesmo frequente certos autores identificarem o fenómeno de crise — que não é meramente da circulação mas, e em primeiro lugar, uma crise de sobreprodução de capital sob todas as suas formas — com o da baixa dos preços, como acontece com Juglar e, sobretudo, seus continuadores:

«A crise seria pois a *paragem* da *alta* dos preços, isto é, o momento em que não se *encontram* novos *compradores*» (JUGLAR, 32, 14)

apesar das razões dessa evolução poder ser justificada de diversas formas, por vezes coincidentes: pela massa monetária e flexibilidade do crédito, pela procura excedentária, pelo comportamento dos agentes e grupos sociais.

O impacto da conjuntura sobre os salários, função *f*, processar-se-ia num momento subsequente em resultado da adaptação da empresa às novas condições de venda ou de desequilíbrio no mercado de «trabalho». Numa situação de crise as empresas tenderiam, num primeiro momento, a reduzir as horas extraordinárias e similar (mercado de «trabalho» interno de cada empresa) e, no seguinte, a atenuar a procura de «trabalho», pela atenuação

do ritmo anterior de criação de postos de trabalho disponíveis ou pelo despedimento de trabalhadores, agindo sobre o mercado de «trabalho» (externo). Assim a conjuntura teria de início um impacto sobre as remunerações dos trabalhadores sem afectar a taxa de salário nominal e, seguidamente, com um desfasamento que dependeria das condições institucionais e da profundidade da crise, sobre o salário nominal horário. A dependência da evolução dos salários em relação ao que se passasse na procura excedentária relativa de «trabalho» seria a expressão do movimento previamente registado no conjunto dos mercados de mercadorias: o mercado do designado factor produtivo trabalho seria a expressão do comportamento global da economia. A maior ou menor rigidez da ligação entre conjuntura global e mercado de «trabalho,» a velocidade de ajustamento do emprego efectivo ao emprego eficaz moldado pela produtividade potencial, na terminologia da teoria da regulação (BOYER AAVV, 6, 62), expressaria o modelo de acumulação capitalista.

O que ficou dito para a situação de crise, fase mais significativa da conjuntura, é reproduzível para qualquer uma das restantes fases (depressão, recuperação e expansão) ⁽³⁾.

Este tipo de explicação do carácter significativo da relação entre variações de salários e preços apresenta potencialidades: permite inserir o comportamento de variáveis isoladas no quadro global da acumulação capitalista, interligar a estrutura e a conjuntura num todo (as conjunturas seriam momentos de agudização das contradições estruturais), visualizar de uma forma histórica

⁽³⁾ Nem todos os autores dividem o ciclo da mesma forma. Orientamo-nos pela terminologia expressa em (Menchikov, 44).

as diferentes categorias. Baseia a evolução das variáveis em factores e leis objectivos do económico.

O facto de diversos estudos econométricos estabelecerem relações entre indicadores de conjuntura e a taxa de desemprego (lei de Okun), entre taxa de desemprego e variação de salários (curva de Phillips na versão original) e entre taxa de desemprego e variações de preços (curva de Phillips na versão de Chicago) parece funcionar como uma confirmação desta forma de explicar a relação em causa.

Contudo, entre outros aspectos, convirá fazer uma ressalva sobre a linearidade de relação entre as conjunturas dos preços e da produção. A sobreposição de ambos, particularmente para o século XIX, é abusiva teórica e estatisticamente. Estudos que fizemos para o período 1865/1910, tomando como referência a conjuntura portuguesa e insidindo exclusivamente numa leitura da informação estatística, infelizmente escassa, levou-nos a admitir duas interpretações possíveis:

— Há uma influência da conjuntura sobre os preços mas que nunca é uma justaposição dum ciclo dos preços sobre o ciclo produtivo: é sempre possível estabelecer uma relação dos preços com a má conjuntura, sobretudo essa, mas ela não é inevitável nem se apresenta em todas as situações com a mesma velocidade de reacção;

— A partida não se pode dizer se a alternância de altas e baixas de preços resulta do movimento conjuntural da produção e da troca ou se, pelo contrário, tem outras causas, mas a sua existência permite, quase sempre, estabelecer uma relação entre conjuntura e preços com um desfasamento temporal variável.

Não caberá aqui dar uma resposta a esta alternativa que apenas fica colocada como matéria para uma possível reflexão crítica desta interpretação da relação entre variações de salários e preços e de algumas concepções demasiado feitas sobre o ciclo, mas poderemos adiantar que na nossa opinião, conciliando a informação estatística com uma interpretação mais global, é possível afirmar que durante o século XIX e a primeira década do seguinte as crises são um elemento de pressão para a manifestação da tendência à baixa dos preços, influenciando o desenrolar das alternâncias de variações positivas e negativas dum ano para o outro, mesmo que este movimento tenha razões diferentes.

Os dados disponíveis para os ensaios econométricos ensaiados no presente artigo não permitem testar a verificação ou não desta explicação: por um lado, os dados de preços assentes numa maior amostragem referem-se a produtos do sector primário e este tende a ter um ciclo muito específico; por outro, os salários não se referem a actividades industriais mas à construção e na dependência de uma instituição Estatal.

2.3. *Hierarquização dos mercados de trabalho e dos produtos*

Uma outra lógica de explicação da influência recíproca entre variações de salários e de preços assenta no carácter fundamental e prioritário do mercado de «trabalho», dos mecanismos de formação dos salários, e nos impactos destes na formação dos preços.

O trabalho (estes autores não distinguem entre força de trabalho e trabalho, o que acarreta não poucos erros) seria a única mercadoria ou serviço que estaria presente

em todo o acto de produção, em todo o mecanismo de formação dos preços das mercadorias: seria fundamental por ser um factor produtivo e prioritário por apresentar-se de forma universal. Daqui resultaria uma supremacia hierarquica desse mercado sobre os restantes. E o que determinaria essa dinâmica dos salários? São, se justificada economicamente, normalmente referidas as tensões no mercado de trabalho, a produtividade e os salários-líder, não sendo esta última via aplicável ao século XIX, mas são também indicadas frequentemente outras variáveis como os lucros, a luta de classes, a intervenção do Estado.

Uma vez determinada a variação dos salários nominais, num sector, região ou economia, que registou simultaneamente uma determinada taxa de variação da produtividade, repercutir-se-ia no preço das mercadorias. Os preços seriam o somatório dos custos em meios de produção, das remunerações e do lucro normal.

É neste conjunto de princípios que assenta hoje a explicação da inflação pelos aumentos salariais.

Frequentemente relacionada com a existência de uma estrutura de mercados e instituições que faria com que os mecanismos de equilíbrio se processassem mais pelo ajustamento de quantidades que de preços, quando aplicada aos dias actuais, esta lógica não deixa de poder ser referida para o século passado.

Pensamos que as concepções teóricas subjacentes a esta posição enfermam de um vasto conjunto de erros, expressão directa de uma extrapolação do micro para o macroeconómico assente na ausência da categoria valor-trabalho como realidade prévia. A vastidão desta problemática, o seu deslocamento para questões exteriores ao nosso tema e a insuficiência de dados para a sua veri-

ficação dispensa-nos de nos ocuparmos mais pormenorizadamente da sua apresentação e crítica, embora no ponto seguinte não deixemos de lhe fazer algumas referências na base dos dados disponíveis ⁽⁴⁾.

2.4. *Reprodução da força de trabalho*

A justificação da influência dos preços sobre os salários pela necessidade da reprodução quotidiana da mercadoria força de trabalho já começou a ser referida ao abordarmos a unidade e divergência entre salários e preços, mas convirá retomar o assunto de uma forma um pouco mais pormenorizada.

A presente tese assenta em três pressupostos fundamentais que não são axiomas, mas afirmações demonstráveis:

- a) A força de trabalho é uma categoria diferente do trabalho.
- b) Há independência entre o valor da força de trabalho e o valor criado pelo trabalho.
- c) Os salários são uma categoria diferente do valor da força de trabalho.

Procuremos de uma forma sintética abordar esta questão, embora evitando certos esquematismos que conduzem frequentemente a mal entendidos e a críticas distorcidas.

É conhecida a caracterização da força de trabalho

«por força de trabalho ou capacidade de trabalho deve entender-se o conjunto de faculdades físicas e

⁽⁴⁾ Para uma análise mais detalhada destes aspectos, destacamos:

TREVITHICK, James A. (AAVV), *The Economics of Inflation*, 1975, Londres, Martin Robertson, pp. 177. (Pimenta, 54).

intelectuais existentes no corpo de um homem, na sua personalidade viva, e que ele tem de pôr em movimento para produzir coisas úteis» (MARX, 41, I, 170)

donde resultam algumas conclusões:

- a força de trabalho é inseparável do homem;
- é essencialmente um produto social como o homem;
- o que lhe dá existência é ser uma potencialidade de trabalho futuro com realização;
- só em determinadas condições históricas a força de trabalho existente, se autonomiza como categoria própria, e assume por si mesma uma relevância social;
- a força de trabalho tem de reproduzir-se, o que se processa com a reprodução simultânea dos trabalhadores e das relações sociais de produção.

A força de trabalho é a mercadoria. É ela que é transaccionada e embora psico-biologicamente inseparável do homem é-lhe economicamente exterior: pode ser transaccionada (vendida e comprada, e não alugada como serviço) sem que o homem o seja.

Uma realidade diferente é o trabalho que surge como um acto

«o trabalho é o emprego das energias humanas físicas ou intelectuais, para uma utilidade própria ou social..., é o emprego das energias humanas dirigidas pela inteligência e sustentada pela vontade» (CAROSI, 12, III, 588) ⁽⁵⁾

⁽⁵⁾ O recurso a este neotomista visa apenas mostrar que para a diferenciação entre força de trabalho e trabalho não é preciso mais do que uma atenta leitura da realidade fenomenológica.

que apresenta, numa análise mais rigorosa

«quatro elementos constitutivos:

— uma componente subjectiva e consciente: o projecto do homem;

— uma componente «acto»: o acto de transformar a natureza;

— uma componente ligada ao resultado: criar um valor de uso particular que possa satisfazer as necessidades do homem;

— uma componente ligada à qualidade das capacidades utilizadas: o homem, pelo trabalho modifica a sua própria natureza e desenvolve a força de trabalho» (PIMENTA, 52, 137/8).

O trabalho é sempre um acto de criação de valor de uso e será de criação de valor se o trabalho individual for social, se o trabalho concreto fôr, simultaneamente, trabalho abstracto, parte do trabalho social global.

Temos, pois, que os movimentos da força de trabalho e do trabalho e suas relações processam-se em momentos diferentes. Considerando o ciclo do capital individual, é porque a força de trabalho é vendida pelo trabalhador e comprada pelo possuidor do capital que no momento seguinte o trabalho é realizado. Tomando o capital global é porque o trabalho cria valor novo que a força de trabalho surge como mercadoria transaccionada. De qualquer forma é claro que são processos diferentes, assim como as suas determinantes. O valor da força de trabalho e o valor criado pelo trabalho são categorias diferentes (quanto à genese e determinantes na lógica global do sistema), apenas relacionadas quantitativamente de forma a garantir a reprodução das próprias relações sociais de produção

que lhe são inerentes, capitalistas: a força de trabalho tem um valor inferior ao valor novo criado pela sua utilização, pelo trabalho.

E o que é que determina o valor da força de trabalho? É corriqueiro afirmar que a força de trabalho é valor e a quantidade deste é medida pela quantidade de

«valor dos objectos de primeira necessidade que são precisos para produzir, desenvolver, conservar e perpetuar a força de trabalho» (MARX, 42, 46/7)

Mas uma tal quantificação sintética não deixa de apresentar dificuldades. Não é encerrável nem no economismo do cabaz de mercadorias nem no sociologismo da luta pela repartição, para utilizar a terminologia de BRUNHOFF (9, 9).

Vejamos alguns aspectos muito sumariamente:

1) O que se deve entender por objectos de primeira necessidade não é simples mesmo quando analisado tomando como referência um dado trabalhador:

«Os objectos de primeira necessidade são decomponíveis «regional» e temporalmente. São-no «regionalmente» porque dizem respeito a todos os elementos constitutivos da força de trabalho: esta é um conjunto de faculdades físicas e a sua reprodução exige a satisfação das necessidades biológicas — alimentação, vestuário, higiene, habitação, transportes, lazer, etc.; é um conjunto de faculdades intelectuais e exige a satisfação das correspondentes necessidades — educação, acesso à cultura, informação, etc. São-no temporalmente porque se referem ao período prévio ao seu aparecimento no mercado como mercadoria — englo-

bando os parâmetros biológicos e psíquicos referidos; ao período do seu desenvolvimento, que engloba todo o sistemático ou ocasional acréscimo de capacidades físicas ou intelectuais — pelo trabalho ou independentemente dele; ao período da sua conservação, processável sistematicamente durante todo o tempo de vida da força de trabalho e do seu consumo — em certa medida independente do processo do trabalho pois exige a conservação da vida humana, mas em parte relacionado com o tipo de trabalho desenvolvido nos seus múltiplos impactos sobre o trabalhador (ambiente de trabalho, intensidade de trabalho, corrosão sanitária, atenção exigida, etc.): «quanto maior é a usura maiores são os custos de reparação» — e ao período da sua perpetuação, o que pressupõe a existência e sobrevivência do cônjuge e «uma outra quantidade dos mesmos géneros de primeira necessidade para criar um dado número de crianças que o possam substituir no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores» (PIMENTA, 52, 142).

2) Não apenas os objectos de primeira necessidade, mais precisamente apenas as mercadorias, mas também outras despesas para «produzir, conservar, e perpetuar a força de trabalho».

3) O valor da força de trabalho exige a consideração de todos os trabalhadores, empregados ou desempregados, de todo o sistema, porque, por definição, a quantidade de valor corresponde à quantidade de trabalho socialmente necessária e porque

«A reprodução da força de trabalho não pode ser considerada individualmente. Como verificámos

ela é simultaneamente um produto natural e social: reprodução da espécie e reprodução do sistema» (PIMENTA, 52, 143).

Convém, nomeadamente insistir que

«O valor de troca da força de trabalho engloba não só o do pão quotidiano do operário no trabalho, mas também o da manutenção do desempregado, do doente, da criança» (BRUNHOFF, 9, 10).

4) O valor da força de trabalho tem uma dimensão histórica e moral. A componente histórica tem que ver com múltiplos factores:

- há um evolucionismo das necessidades existentes e das formas de as satisfazer;
- surgem novas necessidades (que resultam das modificações da organização da vida quotidiana e da generalização da troca dos produtos) que exigem uma nova massa de mercadorias;
- a história de formação da classe assalariada molda hábitos e exigências, assim como uma certa aceitação social.

«O valor de troca da força de trabalho é, pois, função das condições objectivas, historicamente precisas da sua reprodução e da capacidade dos assalariados imporem o reconhecimento destas condições» (DELAUNAY, 20, 68);

- os impactos demográficos das condições sociais alteram a evolução da massa de força de trabalho;
- a evolução da produtividade reduz a quantidade de valor de uma dada massa de mercadorias socialmente necessárias à reprodução da força de trabalho;
- há evolução cíclica da economia.

A dimensão moral é a expressão social e histórica ao nível do comportamento de cada vendedor da força de trabalho, como o demonstra um exemplo:

«Falamos que a reprodução da mulher faz, em princípio, parte do valor da força de trabalho do homem, mas isso pressupõe o casamento, o «patriarcado», a monogamia, etc. que é um produto histórico e que assume, em cada momento uma dimensão moral. O mesmo se poderia dizer da sobrevivência dos idosos — por exemplo, em algumas sociedades, assim que deixavam de produzir eram mortos —, etc.» (PIMENTA, 52, 147).

E é o valor da força de trabalho que está na base do salário sem que no entanto possa existir uma identificação conceptual ou quantitativa entre esses dois agregados por algumas razões a que já fizemos anteriormente referência. Porque as mercadorias entram na reprodução com um preço de mercado, porque o salto no desconhecido da passagem da «produção» para a circulação impõe a interferência da oferta e procura, da política económica, da intervenção do Estado, da luta de classes. Porque a passagem da quantidade de valor da força de trabalho a preço pressupõe toda a intermediação da acumulação capitalista. Ainda porque também reflecte as alterações processadas nos sistemas monetário e de crédito e modificação do valor da moeda.

Afigura-se-nos particularmente importante a intervenção do Estado:

«Existe uma parte do valor global da massa de força de trabalho que não é paga pelos capitalistas mas que é assegurada pelo representante global

da classe: o Estado. Por outras palavras, identificando por salário directo os salários pagos pelas empresas, a diferença entre «reprodução da força de trabalho» e «reprodução quotidiana da força de trabalho» faz com que aquele seja sempre inferior ao valor, (...) A diferença actual entre o salário pago pelos capitalistas aos assalariados e o valor da força de trabalho (...) resulta de dois movimentos históricos diferentes:

- desde o nascimento do capitalismo o Estado sempre teve uma gestão da força de trabalho, assegurando parcialmente a sua reprodução global;
- o capital combateu o aumento dos salários em capitalismo resultante do aumento do valor da força de trabalho pela «tendência à socialização de uma parte do capital variável, cujo efeito é, para os capitalistas individuais, de reduzir o avanço que eles têm de fazer em capital variável» (PIMENTA, 52, 150/1).

Estas intervenções do Estado intensificaram-se em capitalismo monopolista de Estado mas não deixam de existir desde os primórdios do capitalismo.

Temos, pois, de concluir, de acordo com esta posição, que os preços das mercadorias consumidas exercem uma influência sobre os salários e que ela tenderá a manifestar-se em todas as épocas históricas, embora a velocidade de ajustamento, e o seu nível, seja moldado pelo modelo de acumulação global. Factores como nível absoluto de salário nominal, concentração industrial e formação da consciência de classe, articulação cidade/campo, intervenção do Estado, estrutura do mercado de trabalho, etc. serão factores que farão com que os salários reajam aos preços de forma específica conforme a época histórica.

Seremos forçados a concluir que só uma história económico-social do século XIX seria capaz de fornecer um modelo explicativo e detectar quais os factores conducentes a uma aproximação ou a uma separação entre as variações das duas variáveis.

Os dados trabalhados no ponto seguinte estão particularmente adaptados à verificação da presente posição, o que justifica o maior cuidado na sua apresentação.

2.5. *Carácter incompleto da relação para uma explicação das variações salariais — breve contributo para um modelo*

Como ressalta do afirmado anteriormente a explicação dos salários não se pode reduzir à da variação dos preços. Seria um erro demasiado grosseiro, como aliás pensamos poder-se deduzir de muitos aspectos anteriormente afirmados.

Se tomámos para testes econométricos apenas essas duas variáveis foi porque o nosso objectivo é limitado e porque a carência de dados estatísticos não nos permite caminhar para outro tipo de ensaios.

Para desanuviarmos quaisquer dúvidas faremos aqui um parentesis no tema central e enunciaremos de uma forma muitíssima sumária, uma hipótese de explicação mais global da dinâmica salarial.

De uma maneira formal podemos apresentar o modelo da seguinte maneira:

$$S = v(P, Q, V_{-j}, V_0) + p(C_1, C_2, C_3, C_4) + r(v, p)$$

em que as letras minúsculas designam as funções e as maiúsculas as variáveis quantificáveis. A função v é a

função valor, a p é a função dos impactos adicionais sobre o preço da força de trabalho e r é a de interligação entre as componentes da produção e circulação da mercadoria em causa.

P e Q são o preço médio e as quantidades das mercadorias de primeira necessidade consumidas presentemente para garantir a reprodução diária da força de trabalho e do agregado familiar; V_{-j} representa os preços totais das mercadorias consumidas e o tempo de trabalho socialmente necessário utilizados na «produção» da força de trabalho antes do momento actual e V_0 refere a influência dos factores sociais e políticos que impedem uma redução do valor da força de trabalho ao cabaz de mercadorias. C_1 exprime a força social do capital, C_2 reflecte uma amalgama muito variável de factores que podem ser designados por intensidade da acumulação, C_3 mede a importância relativa do «exército industrial de reserva» em relação à população activa e C_4 a acção recíproca e global dos três factores anteriormente enunciados.

Nem todas as variáveis referidas são fáceis de quantificar porque todas elas são antes de mais relações sociais e agregados complexos da dinâmica global. Contudo, poder-se-á dizer de uma forma sintética, que o salário varia no mesmo sentido que P , Q e V_{-j} , e em sentido inverso de C_1 e C_3 e tem um comportamento indefinido a priori em relação às restantes variáveis. Contudo, mais importante que estas considerações é o facto da dinâmica de cada uma dessas variáveis ser diferente, isto é, cada uma tem o seu tempo de transformação e impactos diferentes sobre a modificação estrutural das malhas de relações sociais que moldam o salário como categoria central do capitalismo. Enquanto as variáveis explicativas C_3 e P apresentam um grande mutabilidade e influenciam a

longo prazo as alterações de salários registadas no curto prazo, Q e V_{-j} apresentam uma muito maior estabilidade e C_1 e C_4 são elementos «perturbadores» do jogo das restantes variáveis. Finalmente C_2 e V_0 são estáveis durante grandes períodos históricos mas podem apresentar grandes alterações em fases de ruptura, sinal de uma modificação da acumulação capitalista, e estas afectam o significado das outras variáveis e suas relações.

Normalmente as relações consideradas entre salários e outras variáveis, tais como desemprego, produtividade, preços, lucros, sindicalização, concentração, produtiva, localização, salários-líder, necessidades básicas, sexo, etc. são casos particulares deste modelo aqui apresentado. A sua completa verificação exige uma análise histórica ⁽⁶⁾.

3. Alguns resultados empiricos para a economia portuguesa no séc. XIX

Estamos agora em condições para ensaiar alguns resultados econométricos e esboçar algumas vias de explicação, baseadas nos quadros teóricos anteriormente apresentados.

É o séc. XIX que nos ocupa. É ele que é aqui utilizado para lançar uma reflexão crítica sobre a realidade capitalista actual no nosso país. Contudo, não queremos deixar de sinteticamente apresentar algumas conclusões de uma abordagem temporalmente mais vasta, que visa esclarecer a realidade do século passado, testar que os resultados obtidos para esse período não são acidentais.

⁽⁶⁾ Podem ser encontradas algumas referências mais pormenorizadas em (Pimenta, 53) e (Pimenta, 55).

3.1. *Breve visão de conjunto*

Para uma primeira apreciação sobre as relações entre variações de preços e de salários tomamos como referência o período de 1844 a 1980, profundamente matizado para ser capaz de reflectir relações estáveis e mudanças qualitativas. A decomposição em diversos subperíodos não foi orientada por um estudo da dinâmica interna das variáveis mas pela disponibilidade de dados e existência de séries contínuas. Para primeira aproximação, pois não visamos mais do que isso, utilizamos apenas regressões lineares.

Duma tal análise resultaram algumas conclusões:

a) Existe uma relação estável de longo prazo entre taxas de variação de salários e taxas de variação de preços.

Apenas durante alguns curtos subperíodos é que a relação entre essas variáveis (anuais) não é significativa.

b) A reacção dos salários aos preços varia muito de período para período, de subperíodo para subperíodo.

Esta frequente mudança é visível na verificação ou não de relação significativa, na modificação da variação marginal da taxa de variação salarial, na alteração da elasticidade, nos valores dos parâmetros. Estas mudanças no quadro da conclusão anterior podem ser interpretadas de várias formas. Duas hipóteses: i) a interacção das duas variáveis não é directa, manifesta-se através dum campo de intermediação de natureza económica, social, política e ideológica e aquele está sempre em modificação; ii) várias variáveis determinam as taxas de variação dos salários nominais e as além da variação dos preços modificam-se. Pensamos que é necessário jogar com as duas e os resultados econométricos, assim como a teoria, confirmam-no. Ressaltem-se dois dados: i) depois de 1938 o parâmetro independente é quase sempre significativa-

mente diferente de zero; ii) os salários têm uma taxa de variação anual média mais elevada que os preços mas a elasticidade das taxas de variação dos salários em relação às taxas de variação dos preços é sempre inferior à unidade.

c) A análise do custo de vida exige a consideração dos salários e dos preços, mas também da dinâmica das necessidades.

A elasticidade referida no ponto anterior é sempre inferior a 0,75 (elasticidade em relação aos pontos médios para cada período considerado), mesmo actualmente, o que permite defender a rejeição das explicações baseadas no salário real e as interpretações das duas variáveis como espiral em permanente ampliação.

d) Não parece haver uma relação entre a intensidade das variações dos preços e o nível de significância das relações econométricas.

Tal facto chama a atenção para a complexidade do fenómeno e o absurdo da redução das leis objectivas ao comportamento dos agentes.

e) Os subperíodos de não verificação de relações significativas entre a taxa de variação dos salários e a taxa de variação dos preços (no consumidor, esclareça-se), são os caracterizáveis como de mudança das características da dinâmica dos preços e dos salários, eventuais expressões de modificações de acumulação capitalista.

3.2. *Referências mais detalhadas para a segunda metade do séc. XIX*

Estamos agora em condições de avançar para alguns resultados econométricos. Estes nunca são por si suficientes para inferir qualquer conclusão. Só adquirem validade quando utilizados para testar hipóteses de expli-

cação teórica e, mesmo assim, é necessário ter sempre presente que um conceito tem sempre que ser «descodificado» para poder ser confrontado com os dados empíricos.

3.2.1. *Disponibilidades Estatísticas*

As quatro séries estatísticas fundamentais que vamos utilizar nos ensaios seguintes são:

— Índice de preços de produtos alimentares construído com uma estrutura de pesos de ponderação correspondente à alimentação popular. Refere-se a preços de mercadorias transaccionadas nos mercados do Porto. Foi um índice construído por nós e a sua metodologia e evolução encontram-se detalhadamente referidas no Anexo A. Período 1844-1913.

— Índices de preços de produtos industriais. Construíram-se dois índices diferentes. Períodos 1844-1913 e 1881-1913. Referem-se a preços verificados nos mercados do Porto. São índices construídos por nós, cuja metodologia e evolução se encontram igualmente descritas no anexo A.

— Índice de salários dos Pedreiros utilizados nas obras da Câmara Municipal do Porto. É, igualmente, um índice construído por nós e cuja metodologia e evolução se encontram descritas no Anexo B. Período 1844-1898.

Simbolizaremos o índice de preços da Alimentação Popular por PA, os dois índices de produtos industriais por PI1 e PI2, este último referindo-se apenas ao período 1881 a 1913, e o índice de salários dos pedreiros por SP.

Complementarmente procurámos trabalhar com outro tipo de informações, tais como

— Crises. Na ausência de informação estatística sobre indicadores de conjuntura, do tipo taxa de desemprego ou índice de produção industrial ou mesmo rendimento nacional, e considerando perigoso trabalhar com dados do orçamento geral do Estado para tal fim, preferimos optar pela utilização de variáveis «dummy». Colocava-se adicionalmente o problema de traçar claramente a fronteira das situações de crise, o que passava pela precisão da sua definição. Utilizando a caracterização de MENSHIKOV (44) e com base num conjunto de indicadores definidos por nós (tendo em conta os trabalhos dos historiadores portugueses, os estudos da conjuntura internacional, nomeadamente da Inglaterra, dados nacionais sobre produção de algumas empresas importantes ou sectores, importações e exportações, etc.) aceitamos a existência de cinco crises no período de estudo e, para o efeito construímos seis variáveis dummy:

D1	crise 1857/58
D2	crise 1866/68
D3	crise 1874/79
D4	crise 1882/87
D5	crise 1891/93
D6	todos os períodos de crise.

— Emigração. Funcionaria aqui como indicador indirecto da situação no mercado de trabalho. Os dados são escassos, pouco fidedignos e referentes ao conjunto do país. Utilizaram-se os dados de (CABRAL, 10, 35).

—Lutas operárias. Os grau de desenvolvimento dos trabalhos neste campo, nomeadamente (FONSECA, 25) e (TENGARRINHA, 61) não permitem grandes avanços quantitativos.

Segundo alguns estudos (PARKIN, 47) seria igualmente importante ter em conta a existência ou não de políticas económicas que afectassem de uma forma mais ou menos directa a estrutura dos rendimentos e preços. Com o conhecimento genérico que temos, assente na inevitabilidade de uma intervenção económica do Estado sobre preços e salários desde os primórdios do capitalismo mas a reduzida importância da sua expressão política até à crise de 1929/33, aceitamos a sua inexistência.

Como o nosso objectivo nas regressões entre salários e preços é verificar como é que uma variável reage à outra, em vez de relacionarmos índices optamos por regressões entre variações de índice, iguais, por definição, às variações dos dados originais. Tratando-se de um período em que os movimentos de variação se fazem ora no sentido da subida ora da descida, trabalhamos com taxas de variação centradas, isto é, do tipo

$$\dot{I}_i = \frac{I_t - I_{t-i}}{\frac{I_t + I_{t-i}}{2}} \cdot 100$$

designando por I um determinado índice e por i o número de períodos de referência considerado no cálculo da taxa.

Grande parte dos ensaios foram feitos com dados anuais, calculados a partir dos dados trimestrais, por média

aritmética simples, sempre que aqueles preexistiam, mas também se fizeram alguns ensaios com os dados trimestrais. Nestes casos tomaram-se os dados originais sem qualquer verificação da existência ou não de variações sazonais e sua eventual correcção.

Os dados sobre salários e preços são regionais, como dissemos. O facto de terem a mesma área de referência torna-os, em grande medida, compatíveis, embora esta compatibilidade seja maior entre PA e SP que entre SP e PI1 ou PI2.

3.2.2. *Alguns Ensaios Económicos*

Começamos pelas relações entre os dados com maior compatibilidade: PA e SP.

De entre as 49 observações das variações anuais desses dois agregados, correspondentes a tantos outros anos, (1850-1898), existem 67% delas em que os sentidos de variação correspondem ao teoricamente previsível, isto é, ambas as taxas têm o mesmo sinal.

Tomando essas 33 observações (referindo-se 8 à década de 50, 5 à de 60, 4 à de 70 e 8 a cada uma das duas restantes) obtivemos como melhor resultado (de entre 24 tipos diferentes de ajustamento ensaiados):

$$\log (\dot{SP}_1 + 10) = 2,55459 - 2,21183 (\dot{PA}_1 + 13)^{-1} + e$$

(46,992) (-13,760)

$$N = 33 \quad R^2 = 0,859 \quad F = 189,334 \quad DW = 1,339 \quad (7)$$

(7) As transformações logarítmicas foram as que permitiram melhores resultados, mas tal exigiu uma deslocação dos eixos de referência. Daí as variáveis $(\dot{SP}_1 + 10)$ e $(\dot{PA}_1 + 13)$. Com esta trans-

Se desse conjunto de 33 observações retirarmos as referentes aos anos de 1857 e 1874, que registam elevadas variações positivas em ambas as variáveis, o resultado melhora ligeiramente.

Considerando o conjunto de todas as observações, os ensaios continuam a ser bastante satisfatórios, assumindo o melhor uma forma similar ao anteriormente referido:

$$\log (\dot{S}P_1 + 10) = 2,54688 - 2,12611 (\dot{P}A_1 + 13)^{-1} + e$$

$$(44,417) \quad (-10,621)$$

$$N = 49 \quad R^2 = 0,706 \quad F = 112,801 \quad DW = 1,790$$

Estas duas regressões mostram que:

- a relação entre as duas variáveis é significativa e ambas tendem a variar no mesmo sentido.
- a reacção das taxas de variação de salários à mudança de taxa de variação dos preços processa-se de forma mais acentuada em níveis desta inferiores a certos

formação apenas se altera o valor do parametro independente e respectivo valor amostral de t .

Os valores entre () por baixo dos parâmetros são os valores amostrais de t e exprimem se é de admitir ou rejeitar a hipótese daqueles serem significativamente diferentes de zero.

O teste de Durbin-Watson leva, neste caso, com um nível de significância de 5% a admitir ou não a existência de autocorrelação positiva conforme as tabelas. Para um nível de 1% é clara a sua rejeição. Dadas estas dúvidas procedeu-se à correcção da autocorrelação e obteve-se o seguinte ajustamento:

$$\log (\dot{S}P_1 + 10) = 2,60664 - 2,319175 (\dot{P}A_1 + 13)^{-1}$$

$$(33,230) \quad (-14,576)$$

$$N = 33 \quad R^2 = 0,873 \quad F = 212,466 \quad DW = 1,817$$

Para o cálculo de ρ ($= 0,33$) utilizou-se o valor de DW e a regressão entre resíduos e, para não se perder nenhuma observação, recorremos à transformação sugerida por Kadiyala.

- montantes (— 11,9 no segundo caso) e tendem para um nível de saturação (2,8 no segundo caso);
- o parâmetro independente é significativamente diferente de zero, o que aponta para a existência de outras variáveis explicativas da dinâmica dos salários.

Ainda retomando a segunda regressão, os valores de P'A e S'P de passagem de convexidade à concavidade em relação ao eixo das abcissas e do nível de saturação, respectivamente, convirá recordar que

	S'P	P'A
Media	0,96	1,65
Desvio padrão	4,15	7,58
Máximo	15,18	27,03
Mínimo	— 9,78	— 12,46

A terceira evidência levou-nos a tentar experimentar a validade de introdução de variáveis indicativas de crise, mas apenas D1 apresentava um parâmetro significativo, mas com sinal positivo. Em todos os restantes casos o parâmetro não se apresentava significativamente diferente de zero.

As taxas de variação dos salários e os dados da emigração não se apresentam correlacionados. A análise da dinâmica dos salários em relação aos dados da luta operária não se fizeram de forma quantificada, mas apenas bastante primariamente. A escassez de dados não permitiu conclusões.

Os ensaios com variações anuais não melhoraram com a admissão de desfasamentos temporais, quer porque diminui o número de observações com sinais iguais quer porque piora as regressões.

Estes resultados com valores anuais são, em parte confirmados tomando os trimestrais. Ensaiaados ajustamentos entre taxas de variação de salários e preços com um, dois, três e quatro trimestres de referência, estes últimos mostraram-se superiores (o que tanto pode resultar dos elementos considerados pelos «agentes» como do tipo de variação que menos reflete as variações sazonais). Também neste caso o ajustamento sem desfasamento temporal é aquele que se apresenta preferível.

Obteve-se o seguinte resultado (1861-1898)

$$\log (\dot{S}P_4 + 14) = 1,62704 + 0,33003 \log (\dot{P}A_4 + 20) + e$$

$$(6,629) \quad (4,012)$$

$$N = 137 \quad R^2 = 0,11 \quad F = 16,099 \quad DW = 1,180 \quad (^8)$$

que também aponta para uma curva de tendência concava em relação ao eixo das abcissas e ascendente.

Os ensaios econométricos entre $\dot{S}P$ e $\dot{P}I_2$ nunca são significativos e entre aquela primeira variável e $\dot{P}I_1$ não são significativos para o conjunto das 49 observações, só o sendo desde que se tome exclusivamente as 45% das observações com sinal igual nas duas variáveis e mesmo assim tendo apenas $R^2 = 0,388$ e $F = 2,682$ para $N = 22$.

(⁸) Com $\rho = 0,4$ e utilizando-se os métodos referidos na nota anterior na correcção da autocorrelação que o valor de DW leva admitir obteve-se a seguinte regressão (para 1861/98, com exclusão das observações 56 a 60, 96 a 100 e 145 a 149, tal como a regressão original):

$$\log (\dot{S}P_4 + 14) = 2,60858 + 0,18318 \log (\dot{P}A_4 + 20)$$

$$(7,823) \quad (-2,108)$$

$$N = 137 \quad R^2 = 0,03 \quad F = 4,442 \quad DW = 1,920$$

3.2.3. *Interpretação*

Dos resultados anteriormente apresentados temos que começar por concluir que os salários e os preços na segunda metade do século XIX em Portugal e na cidade do Porto são categorias económicas que estão estreitamente relacionadas, tendendo a variar no mesmo sentido, reagindo a primeira às variações da segunda. Apesar do limitado âmbito geográfico das variáveis e da reduzida amostra para a construção do índice de salários, tenderemos a admitir que os resultados obtidos não apresentam um carácter accidental, mas antes reflectem uma situação económica de fundo. E a explicação tem que se radicar em factores objectivos de natureza económica e não em comportamentos socio-institucionais ou psicológicos que nesta época apresentariam muito pouca consistência. É abusivo concluir que o facto dos salários reagirem de forma clara às variações de preços é uma especificidade do capitalismo contemporâneo.

É de admitir como mais provável para a explicação desta dinâmica conjunta o processo de reprodução da força de trabalho, embora dos maus resultados com as variáveis «dummy» não se possa concluir a inexistência de influência da conjuntura e do facto dos dados de salários e preços industriais apresentarem desajustamentos não se poderem retirar afirmações perentórias.

Finalmente, para além de muitos aspectos de pormenor passíveis de referência, saliente-se o facto das variações de preços não serem suficientes para explicar as variações de salários, impondo-se a utilização de modelos mais completos.

4. Conclusões

Mais do que conclusões, visamos tecer um conjunto de considerações que levem a reflectir sobre um modelo explicativo da dinâmica salarial. O século XIX funciona quase como um termo de comparação, como uma referência para algumas análises do capitalismo contemporâneo.

Concluimos pelo carácter estrutural da relação entre as taxas de variação dos salários e preços, subjacente na unidade essencial das duas categorias e consubstanciada na explicação proposta pela teoria do valor-trabalho.

Mas é uma conclusão empiricamente cautelosa como escassos são os dados.

Apenas existe uma conclusão perentória: a necessidade da conjugação de esforços entre investigadores no sentido de reconstruir a nossa história passada e presente assente em princípios epistemológicos válidos: a necessidade de ajudar a construir o futuro pelo melhor conhecimento do passado.

ANEXOS

A. ÍNDICES DE PREÇOS NO SÉC. XIX (1844/1913)

Utilizamos três índices de preços ao longo deste trabalho. Todos têm de comum o de corresponderem a preços verificados na última cadeia que liga a produção ao consumo. Se quiséssemos utilizar a terminologia actual diríamos que trabalhámos com índices de preços no consumidor. Contudo existem entre eles importantes diferenças, podendo ser decompostos em dois grupos, ambos referentes ao Porto:

1. Índice de Preços de «Alimentação Popular».
2. Índice de Preços de Produtos Industriais.

A raridade de informação estatística disponível para o séc. XIX, nomeadamente no que se refere a índices agregados que não reflitam uma mera situação pontual de um determinado produto ou mercado, exigiu-nos que neste artigo não nos limitássemos a apresentar a série de dados, conforme consta de quadros deste anexo, mas que tivéssemos, a preocupação de descrever a metodologia utilizada para a sua construção, tecendo sempre que possível apreciações críticas sobre as suas potencialidades e limitações. Criamos assim aos leitores e aos potenciais utilizadores da informação disponível bases mais seguras para a prossecução de uma reflexão e trabalho de investigação que deve ser encarado sempre e cada vez mais como um esforço colectivo de interpretação da realidade e procura de caminhos para a sua transformação: o trabalho científico deve seguir a senda da própria construção da nossa realidade histórica.

Como se verificou ao longo do artigo foram os índices de preços da «Alimentação Popular» que ocuparam o lugar central nos ensaios empíricos realizados. Eles nos merecerão um maior cuidado de apreciação e servirão, em grande medida como elemento de referência para a descrição dos restantes.

A.1. FONTES

A.1.1. As fontes de informação principais para a construção do referido índice de produtores alimentares foram:

- (Ferreira, 23)
- (Arquivo do Gabinete de História da Cidade do Porto, 1)
- (Arquivo do Gabinete de História da Cidade do Porto, 3)

embora a primeira e as duas seguintes tenham tido uma importância relativa diferente para os períodos 1844/1899 e 1900/1913. Para o primeiro partimos dos 40 mil dados já compilados em (Ferreira, 23) referentes a mais de 59 produtos e utilizamos as restantes fontes como elementos de confirmação e correcção, enquanto que para o segundo período, desnecessária neste artigo, utilizamos exclusivamente a terceira fonte atrás referida.

Um aspecto que ressalta da consulta dos materiais originais é a grande preocupação da Câmara Municipal do Porto em obter uma informação fidedigna da situação dos preços nos mercados da cidade, reforçando os meios estatísticos ao longo do tempo. Assim, enquanto nos dois primeiros livros que constituem a terceira fonte atrás referida (1830-1880) encontramos para cada produto, ordenado por ordem alfabética, um preço em cada mês, nos três seguintes (1881-1889) estão registadas recolhas por mercados abrangendo os dias de feira (3 em 3 dias ou 4 em 4 dias conforme os casos) com indicação do máximo e mínimo para cada produto e dia de observação, com o adicional cálculo do preço médio mensal. Estas mesmas preocupações ressaltam dos três livros restantes (1890-1909) com a simples diferença de não haver uma discriminação por mercados. Finalmente, no livro nono (1910-1913) registam-se os preços para todos os dias da semana.

Não temos inventário de todos os produtos comercializados nos mercados da cidade do Porto ou qualquer inquérito detalhado às despesas familiares para podermos calcular o grau de representatividade das mercadorias consideradas nos registos camarários, mas estamos em crêr, atendendo a certas informações como as constantes de (CRESPO, 19), (PEREIRA, 49, 73-110) e (PEREIRA, 48, 205) que poderemos deduzir uma boa representatividade dos produtos considerados nos registos, embora com eventuais desequilíbrios nos diferentes subgrupos que o constituem.

Apesar dos cuidados referidos e das vantagens que os mercuriais apresentam em relação aos livros de registos de compras (capacidade de reflectirem melhor os preços de mercado sem quaisquer distorções impostas por contratos específicos como os que se verificavam frequentemente no abastecimentos dos grandes compradores, recolha sistemática com respeito por certas regras de periodicidade, necessidade de realismo como condição da eficácia da intervenção subsequente) convirá

acrescentar que essas informações são passíveis de críticas, das quais seleccionamos as seguintes:

a) temos poucos conhecimentos sobre as técnicas de recolha (agentes utilizados e formas de actuarem) mas as que conhecemos revelam um grande pragmatismo que não deixa de acarretar algumas deficiências, como facilmente se deduz das seguintes instruções constantes do Código de Posturas do Município do Porto de 1905, transcrito em (FERREIRA, 23, 44).

«escolher os vendedores que reunam as melhores condições (mais diligentes e esclarecidos e possuindo maior variedade e abundância de artigos) e colher os preços sempre nesses vendedores»

«deverão reportar-se sempre ao mesmo artigo-padrão, correspondendo este a uma qualidade, tipo ou tamanho médio a fixar pela pessoa (convirá que seja sempre a mesma) encarregada de solicitar os preços».

b) Esta recolha alicerçada na experiência do inquiridor é tanto mais subjectiva quanto as unidades de medida são muitas vezes pouco precisas (ex. um leitão, uma perdiz ou cento de sardinhas);

c) o preço médio é obtido com base nas duas observações extremas, isto é, tomando exclusivamente os preços mínimo e máximo de cada mercadoria.

Para o primeiro período os preços médios mensais obtiveram-se a partir dos preços médios dos diversos dias de recolha de informação. Para o segundo período o preço médio verificado no dia de recolha mais próximo do dia quinze do mês em causa.

A.1.2. Para a construção dos dois índices de produtos industriais tomaram-se como fontes principais a segunda e terceira, referidas a propósito do índice anterior, pelo que será fácil deduzir do afirmado o conjunto de aspectos aplicáveis também a esta situação.

A.2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO

Antes de iniciarmos a descrição detalhada do caminho percorrido desde a constituição do banco de dados com os preços iniciais de produtos heterogêneos até à construção de um índice agregador desse conjunto de informações, caminho que foi diferente para o índice de produtos alimentares e os restantes, convirá salientar que os índices aqui apresentados não foram os únicos construídos para os respectivos períodos. À partida houve a preocupação de montar todos os índices possíveis, quase tantos quantas as metodologias minimamente admissíveis. A selecção dos aqui apresentados assentou numa comparação do andamento dos diversos índices anteriormente construídos e na capacidade de reflectir os movimentos globais e dos subconjuntos constitutivos, etc.

A.2.1. *Do Índice de Alimentação Popular*

Tentando sermos breves, mas suficientemente exaustivos para que não restem dúvidas sobre o caminho percorrido, sintetiza-lo-emos desde a constituição inicial do banco de dados com base em (FERREIRA, 23) e para 1844/99 até à construção final do índice, nos seguintes pontos:

a) O andamento dos preços produto a produto e mês a mês foi analisado, anotando-se todos os comportamentos que poderiam ser considerados anómalos (pela alteração brusca, pelo desnível em relação à média, pela excepcionalidade). Detectaram-se comportamentos consideráveis à priori anómalos nos preços de 35 produtos e em diversos anos, surgindo o caso mais grave nos preços do carneiro (animal) e da carne de carneiro.

b) Recorrendo às fontes originais foram analisados todos esses casos e foram confirmados os restantes preços com base numa amostra. Estava constituído o banco de dados com os valores aceitáveis como correctos, isto é, concordantes com as fontes originais, embora se tivessem mantido alguns preços difíceis de explicar no contexto global dos dados (um exemplo numa tal situação encontra-se na total discordância de evolução entre o preço do carneiro e da carne de carneiro em determinados anos).

c) Como alguns produtos apresentavam uma vincada sazonalidade, tendo épocas normais de venda, fora das quais os seus preços apresentavam um carácter excepcional (perdizes, caranguejos, lampreia, sável, castanhas...), tomando o conjunto dos anos determinaram-se os meses de maior frequência de registo de vendas e excluíram-se os preços dos restantes meses dos cálculos de construção dos índices.

d) Com base no preço médio dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro do ano de 1867 passaram-se os preços de cada mercadoria a índices. Mantinha-se assim toda a estrutura de andamento constante dos preços originais mas criava-se a possibilidade de agregações subsequentes.

Esta passagem a índice levantou múltiplos problemas que exigiram soluções muitas vezes pontuais:

— para alguns produtos não havia registos de preços nos quatro meses referidos ou mesmo em nenhum (embora houvesse para outros meses do ano); no primeiro caso considerou-se como base a média dos preços nos meses referidos para que existia informação e no segundo tomou-se a média dos preços para os meses em que havia dados, embora não fossem os de fim de trimestre;

— excluíram-se os produtos que não tinham preços senão a partir de 1868; aparentemente este facto seria dos mais graves na medida em que alguns bens bastante utilizados na alimentação

eram excluídos (ex. diversos tipos de pão), mas a inclusão de outros em sua substituição (como por exemplo os cereais) e os testes econômicos de comparação da evolução de índices que englobavam esses produtos com o aqui seguido revelou que, embora provocando distorções inevitáveis, as referidas exclusões não apresentaram grande gravidade;

— as unidades de medida de diversos produtos mudaram durante o período considerado; sempre que um mesmo produto estava expresso em duas unidades de medida diferentes e estas eram convertíveis entre si procedeu-se à respectiva conversão; quando as unidades de medida para um mesmo produto eram inconvertíveis entre si construiu-se a continuidade da série com base na taxa de crescimento mensal média dos dois anos centrados no ponto de ruptura e pela estimativa de um preço de ligação;

— a continuidade da série de preços de uma mercadoria que em determinada altura se desdobrava em duas complementares foi assegurada pelo cálculo do preço médio destas.

e) Construíram-se seguidamente índices agregados não ponderados para conjuntos de produtos com uma relativa homogeneidade («Batatas, Cebolas e Legumes» (A), «Cereais» (B), «Carnes» (C), «Animais» (D), «Aves» (E), «Marisco e Peixe» (F), «Gorduras» (G), «Cera Mel e Mostarda» (H), «Castanha e Nozes» (I) e Vinho (J)) com a preocupação de englobar em cada um desses conjuntos os índices de preços de mercadorias para que houvesse também informação no período 1900/1913.

f) Com base na informação da estrutura da alimentação popular contida em (PEREIRA 48, 205), e atendendo a que a ponderação dos diversos índices parcelares deve fazer-se em termos de repartição da despesa familiar, construiu-se um índice de preços mensal para o período 1844/99 tomando os seguintes pesos: 0,108 para A, 0,424 para B, 0,071 para C, 0,038 para F, 0,037 para G, 0,034 para I, 0,248 para J e 0,040 para o índice de preços dos ovos, parte de E. A exclusão do conjunto D verificou-se por motivo da natureza do índice (no consumidor) e para evitar duplicações com C. Complementarmente teve a vantagem de excluir os índices de preços onde provavelmente existiriam mais erros de registo inicial.

g) A passagem de índice de preços mensal a trimestral para o período 1844/99 processou-se pela adopção dos índices dos meses de fim de trimestre.

Para o período subsequente (1900/13) a tarefa foi mais simples. Bastou, após a recolha dos dados por trimestres, proceder às respectivas conversões de unidade de medida, proceder à passagem a índice e adequadas agregações.

Em síntese, o índice da «Alimentação Popular» resultou da agregação de 27 índices elementares.

Para terminar esta apreciação metodológica sobre o índice de preços da Alimentação Popular acrescentemos que a regressão entre as variações anuais deste índice de preços e as variações do índice construído com a inclusão dos 57 produtos iniciais é significativa para o período 1844/99 (único possível de testar) com $R^2 = 0,400$ nada se podendo concluir sobre a autocorrelação a um nível de significância de 5%.

Também a capacidade deste índice reflectir o andamento dos subconjuntos que o constituem é muito diversificada, como seria de deduzir da grande dispensação de evolução dos preços relativos, tendo os seguintes coeficientes de determinação para as regressões entre taxas de variação anual do índice de preços global e dos respectivos índices parciais:

A	0,319
B	0,730
C	0,170
F	0,035
G	0,167
I	0,063
J	0,459

podendo-se acrescentar que as relações com as variações de D, E e H não são significativas.

Como se deduz facilmente dos dados anteriores, o presente índice reflecte fundamentalmente a dinâmica dos preços dos produtos agrícolas nos mercados da cidade do Porto, que aliás têm uma importância decisiva na alimentação popular.

A.2.2. *Dos índices de Produtos Industriais*

A construção dos índices de preços dos produtos industriais apresentou-se mais simples: recolhidos os dados trimestrais da forma já anteriormente referida e feitas as reduções, quando um produto tinha ao longo do tempo mais de uma unidade de medida, tomou-se a média dos quatro meses de um determinado ano para base, reduziram-se os preços individuais a índices e agregaram-se sem qualquer ponderação.

Como apenas para três produtos existiam séries desde 1844 até 1913, todos eles ligados à têxtil, construiu-se com eles um primeiro índice (1). Dada a sua fragilidade aproveitou-se o facto de a partir de 1881 surgirem nos registos os preços de outros produtos industriais (sete, incluindo neles três tipos de carvão) para construir um novo índice (2).

O conjunto de mercadorias que lhes dão corpo, as origens daquelas e o grau de intervenção da produção nacional diferenciam-se claramente, para além dos seus anos de base também serem diferentes. Não é pois de estranhar que a regressão entre as variações anuais desses dois agregados não seja significativa (coeficiente de determinação de 0,059 para 32 observações).

A.3. BREVE LEITURA DA EVOLUÇÃO DOS DADOS

A.3.1. A observação do Gráfico 1 dá de imediato uma ideia de conjunto sobre a dinâmica dos preços no consumidor dos produtos alimentares. Convirá, contudo, ressaltar alguns aspectos específicos:

a) Considerando a globalidade do período, podemos traçar uma linha de tendência de evolução, que pode ser expressa sinteticamente da seguinte forma

$$\log PA = 3,90857 + 2,12292 \cdot 10^{-1} \log t + e$$

(73,307) (13,592)

$$R^2 = 0,731 \quad F = 184,743 \quad DW = 0,499$$

onde se deduz uma tendência de atenuação do crescimento dos preços em termos absolutos e relativos ao longo do período em causa, o que resulta sobretudo da clara diferença de evolução entre a fase inicial (1844/57) e a restante. Deduz-se também a existência de uma alternância de níveis de preços superiores e inferiores à média, que não surge como aleatória, mas antes como a expressão de um determinado fenómeno que simplistamente poderemos designar de movimento «conjuntural», com determinadas regras de funcionamento. Aliás a apreciação mais detelhada deste movimento mostra uma frequente alternância de situações no muito curto prazo e a possibilidade de se admitir após 1890 algumas modificações nesse comportamento, pela redução da duração de cada ciclo e pela existência de movimentos mais bruscos.

b) Se considerássemos os dados extremos poderíamos obviamente concluir que entre 1844 e 1913 houve um aumento de preços de 163% o que corresponde a uma taxa de crescimento anual médio de 1,4% o que não deixa de ser significativo na medida em que se refere a uma época muitas vezes apontada aprioristicamente como de diminuição de preços.

Contudo esta apreciação é demasiado global e não deixa vislumbrar os comportamentos específicos dos subperíodos que constituem toda esta fase histórica, tão recheada de modificações qualitativas (evolução da acumulação capitalista, formação do mercado interno, crises que transformaram significativamente as relações sociais de produção e a situação de Portugal no mundo, alterações políticas muito diversificadas...), e quantitativas.

Vejamos, pois de uma forma mais detalhada o que pode ser expresso no seguinte quadro:

Anos	tx var. anual
1849/1857	+ 9,4%
1857/1872	— 1,3%
1872/1878	+ 3,3%
1878/1888	— 1,9%
1888/1904	+ 2,5%
1904/1906	— 14,2%
1906/1913	+ 6,5%

A sua interpretação não é fácil e teria que ter em conta quer elementos económicos quer históricos. Não nos meteremos nessa análise, ficando-nos pela constatação empírica.

c) Convém ainda salientar que quer nos períodos de aumento de preços quer nos de diminuição verificou-se sempre uma alternância anual de variações positivas e negativas. Nunca há mais de cinco anos consecutivos com variações negativas nem mais de quatro com dinâmica sistematicamente positiva. A duração média dos períodos consecutivos de aumento (A) ou de diminuição (B) é baixa:

	A	B
1845-870	1,7	1,3
1870-885	1,8	2,0
1885-913	3,2	1,8

convindo acrescentar adicionalmente que essa alternância não parece obedecer a nenhuma lei estocástica claramente identificada ou, eventualmente, a factores económico-sociais predetermináveis (pela sua própria natureza e pelo grau de desenvolvimento da economia política).

A.3.2. Em relação à dinâmica dos preços no consumidor dos produtos industriais seríamos levados a debruçarmo-nos sobre as especificidades do seu movimento (períodos de crescimento e decrescimento, taxas de evolução, dinâmica conjuntural, periodicidade de alternância) e as identidades fundamentais com o anteriormente afirmado (existência de uma tendência de evolução designável de estrutural, comportamento conjuntural e variabilidade de sinal em todos os períodos de variação). Dado o carácter secundário desses índices no presente estudo não o faremos, dispondo os interessados dos dados anuais no Quadro 2. Não podemos, contudo, deixar de dar uma visão muito sintética das dinâmicas dos três índices considerados, através do Gráfico 2. Parece-nos suficientemente concludente.

Deixamos ao leitor o trabalho de cotejar a informação aqui deixada com a constante de trabalhos de historiadores e economistas que anteriormente abordaram o problema: (CARQUEJA, 13, I, 320/321) que adopta uma outra periodicidade; (CASTRO, 15, 184/seg.) que compila um conjunto de informações estatísticas disponíveis integrando-os numa interpretação global da modificação das estruturas económicas; (PEREIRA, 48) que apresenta dados muito desagregados difíceis de uma leitura global.

QUADRO 1 — Índice de Preços de «Alimentação Popular» (Porto)

Ano	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	Anual
1844	65,99	59,74	55,53	57,21	59,6
1845	57,16	54,82	53,64	55,76	55,4
1846	57,56	56,96	57,68	59,18	57,8
1847	67,93	66,27	63,90	65,61	65,9
1848	65,36	62,94	57,08	58,31	60,9
1849	55,06	52,98	53,70	54,38	54,0
1850	56,12	56,62	64,03	69,11	61,5
1851	71,24	69,53	67,88	67,12	69,0
1852	65,70	64,73	60,98	61,86	63,3
1853	69,61	65,21	73,33	82,21	72,6
1854	84,06	85,40	97,81	113,85	95,3
1855	115,37	109,99	96,02	98,71	105,0
1856	94,41	96,62	101,45	116,84	102,3
1857	118,90	112,00	106,90	107,22	111,3
1858	104,62	97,95	106,61	95,84	101,3
1859	102,76	104,67	105,90	105,85	104,8
1860	103,16	104,42	100,92	102,63	102,8
1861	100,95	98,41	95,55	104,29	99,8
1862	103,54	108,58	110,12	114,21	109,1
1863	111,65	115,51	105,26	112,27	111,2
1864	110,71	103,62	101,75	102,72	104,7
1865	107,86	109,68	105,38	105,26	107,0
1866	98,72	96,94	96,78	99,77	98,1
1867	98,84	100,02	95,51	105,38	100,0
1868	109,86	107,44	95,38	103,98	104,2
1869	107,29	99,57	95,07	96,33	99,6
1870	94,52	95,97	100,09	97,48	97,0
1871	99,70	99,81	88,93	93,72	95,5
1872	93,27	89,95	92,27	92,23	91,9
1873	94,60	93,88	100,01	100,76	97,3
1874	106,12	104,58	104,59	106,92	105,6
1875	100,33	100,77	101,60	103,67	101,6

Ano	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	Anual
1876	116,61	114,31	106,76	109,14	111,7
1877	109,01	109,84	103,56	108,55	107,7
1878	113,37	112,00	109,19	113,20	111,9
1879	113,53	114,27	113,60	112,53	113,5
1880	113,21	112,22	107,82	104,97	109,6
1881	100,55	96,50	99,47	100,47	99,3
1882	103,58	102,45	107,43	107,02	105,1
1883	116,30	116,18	105,71	110,63	112,2
1884	110,14	109,58	103,00	101,22	106,0
1885	100,95	100,85	99,39	98,87	100,0
1886	98,41	94,60	95,55	93,92	95,6
1887	95,43	97,69	93,43	88,59	93,8
1888	95,85	91,84	91,14	90,80	92,4
1889	91,63	88,98	91,98	99,63	93,1
1890	101,07	98,61	104,88	107,29	103,0
1891	114,81	117,92	108,93	108,38	112,5
1892	105,07	97,08	96,67	98,42	99,3
1893	101,69	98,20	100,30	103,69	101,0
1894	106,88	115,04	113,52	116,89	113,1
1895	122,07	119,94	115,85	118,18	119,0
1896	105,95	107,67	111,87	115,18	110,2
1897	132,30	110,55	108,82	115,55	116,8
1898	115,66	117,62	127,65	126,20	121,8
1899	126,71	121,85	114,08	125,48	122,0
1900	122,16	126,62	122,06	127,76	124,7
1901	127,33	122,56	114,91	118,93	120,9
1902	124,95	125,73	115,17	122,50	122,1
1903	122,39	116,34	127,01	140,92	126,7
1904	144,40	136,91	135,20	131,15	136,9
1905	116,30	118,87	111,94	108,51	113,9
1906	102,20	101,11	100,20	99,40	100,7
1907	103,18	99,48	112,70	112,92	107,1
1908	112,33	120,33	121,75	132,64	121,8
1909	133,46	116,18	114,36	115,33	119,8
1910	120,15	114,93	118,17	126,20	119,9
1911	123,52	122,78	134,90	151,14	133,1
1912	138,82	131,15	135,65	148,66	138,6
1913	156,32	146,72	161,49	162,48	156,8

Observações: 1867 foi o ano tomado para base. Os valores anuais foram calculados por média aritmética simples dos dados trimestrais.

QUADRO 2 — Índices anuais de Preços Industriais (Porto)

Anos	I	II
1844	71,2	
1845	63,6	
1846	61,9	
1847	71,9	
1848	62,8	
1849	59,1	
1850	58,2	
1851	58,2	
1852	58,0	
1853	63,5	
1854	59,5	
1855	66,4	
1856	75,5	
1857	61,8	
1858	68,9	
1859	78,1	
1860	84,3	
1861	83,3	
1862	87,5	
1863	92,9	
1864	104,2	
1865	104,0	
1866	102,7	
1867	100,0	
1868	105,1	
1869	102,5	
1870	96,5	
1871	93,1	
1872	99,7	
1873	118,9	
1874	102,4	
1875	107,7	
1876	107,6	
1877	125,4	
1878	118,5	
1879	115,5	
1880	113,9	
1881	122,8	100,0
1882	123,7	94,3
1883	116,5	99,7
1884	108,9	103,6

Anos	I	II
1885	112,5	108,0
1886	113,3	107,4
1887	120,3	104,0
1888	119,5	104,6
1889	114,3	110,2
1890	110,3	107,5
1891	111,2	110,5
1892	120,4	110,3
1893	114,7	114,2
1894	113,9	117,6
1895	113,7	117,0
1896	118,3	111,5
1897	121,2	114,2
1898	119,9	117,1
1899	117,0	115,6
1900	120,2	127,6
1901	119,2	126,8
1902	114,9	125,4
1903	113,8	117,7
1904	111,2	101,8
1905	118,8	101,4
1906	120,0	101,4
1907	119,0	107,0
1908	117,8	110,4
1909	113,0	110,2
1910	106,0	119,5
1911	108,0	120,7
1912	107,0	173,0
1913	112,0	126,9

Observações: Os anos base são respectivamente 1867 e 1881. Os valores anuais foram calculados por média aritmética simples dos dados trimestrais.

Gráfico 1 — Índice de preços, «alimentação popular» (Porto) 1884/1913

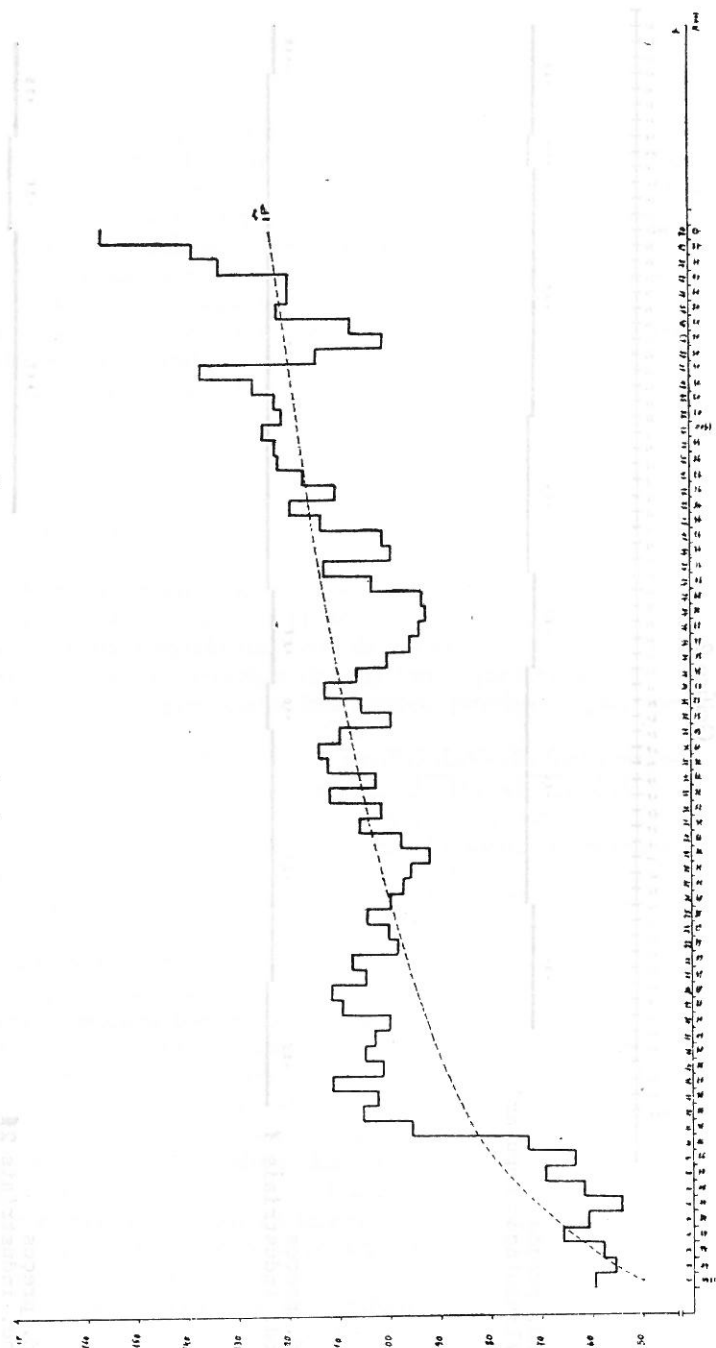
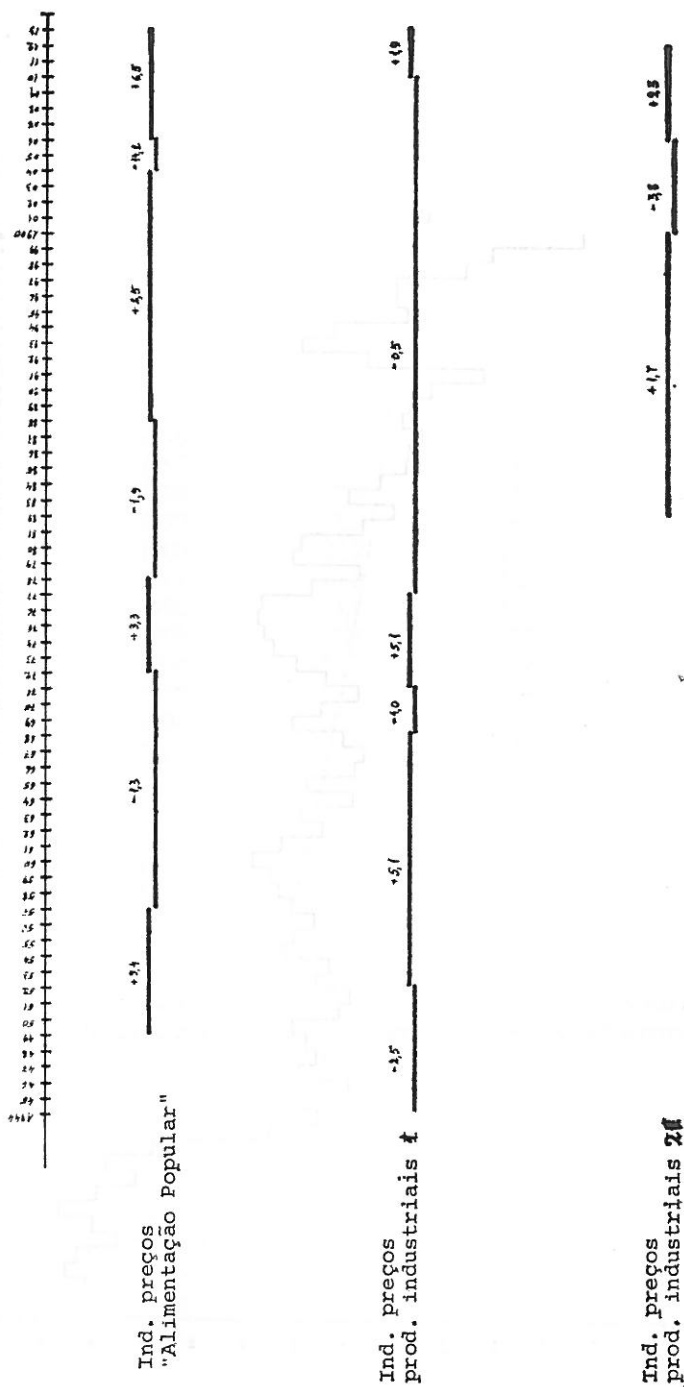


Gráfico 2



B. ÍNDICE DE SALÁRIOS NO SÉC. XIX (1844/1898)

A nossa preocupação foi construir um índice de salários capaz de reflectir a evolução do custo da reprodução da força de trabalho e compatível com o índice de preços anteriormente construído. Dessa forma limitamos a nossa procura a salários registados na cidade do Porto e por trabalhadores exercendo uma profissão em que fosse inequívoca a venda da força de trabalho e libertos de certos entraves à sua mobilidade (como poderia acontecer com os funcionários públicos). Estas as razões que levaram a desembocar na construção de um índice de salários para os trabalhadores empregados nas obras públicas da Câmara Municipal do Porto, designados profissionalmente por pedreiros, e que sinteticamente designaremos como «Índice de Salários dos Pedreiros (Porto)».

B.1. FONTES

As nossas pesquisas de dados sobre salários em Portugal durante o passado século e durante os primeiros anos do presente não encontraram resposta adequada nas obras da historiografia nacional. Raramente o problema é abordado de uma forma quantificada e sendo-o as informações surgem como insuficientes, parcelares e para apenas alguns períodos.

Essas limitações obrigou-nos a recolher dados das fontes originais, tendo utilizado (Arquivo do Gabinete de História da Cidade do Porto, 2) constituído por um numerosíssimo número de volumes.

É curioso referir que esta fonte tem sido bastante subestimada ou ignorada, mesmo por quem se tem preocupado com a necessidade de quantificação dos salários, como (GODINHO, 28, 247). Convém, pois começarmos por afirmar que aí é possível encontrar dados de salários para um período bastante longo com garantia de continuidade das séries e para muitas actividades profissionais e categorias. Os limites do nosso objectivo fizeram-nos restringir o âmbito de recolhas, mas cremos que um estudo sistemático de todo esse material, provavelmente extensível a muitas outras regiões do país, poderá dar um importante contributo para a historiografia dos salários em Portugal.

Para calcularmos os salários no último mês de cada trimestre recolhemos os salários diários dos trabalhadores classificados como «pedreiros», discriminados individualmente nas folhas apresentadas pelos responsáveis das obras à Câmara, e que trabalharam no dia 15 do referido mês ou no primeiro dia útil seguinte. O cuidado com que esses documentos estão elaborados, com a indicação do nome do responsável da obra, nomes de todos os trabalhadores utilizados com indicação do salário diário, dias de trabalho realizados e montante a receber,

posteriormente confirmado com a rubrica comprovativa do pagamento, parece conferir grande exactidão à informação. Infelizmente a partir de 1898 não existem mais dados.

Contudo não deixa de ser necessário deixar aqui expresso algumas críticas: a) Durante o período considerado houve mudanças qualitativas na classificação de «pedreiro»; enquanto que no início o pedreiro englobava todos os trabalhadores especializados (os restantes eram classificados em «trabalhadores» e «jovens») a partir de certa altura começam a surgir outras categorias mais especializadas (embora de pouca relevância quantitativa) como sejam os casos dos «aparadores» e «cantoneiros». O ano de 1864 marca neste aspecto uma mudança. b) Não existe nenhuma referência ao tempo de trabalho diário, pelo que não se poderá deduzir do salário diário uma taxa de remuneração horária; c) A amostra é bastante variável, englobando desde 6 a 602 trabalhadores, embora com domínio nos níveis intermédios, verificando-se mesmo em alguns meses a inexistência de dados. Resumidamente temos

Dimensão da amostra em número de trabalhadores	Número de meses
0	25
1 a 25	23
26 a 75	59
76 a 150	73
151 a 300	32
301 a 600	7
'mais 600	1

pelo que será de admitir a existência de uma razoável validade da amostra embora o universo seja uma incognita. Acrescente-se, contudo, que esta variabilidade do número de salários recolhidos é o resultado de dois factores totalmente diferentes: 1) existência de mais ou menos obras; 2) má classificação e arrumação dos documentos.

Já referimos que recolhemos todos os salários dos pedreiros que trabalharam numa determinada data e calculamos os valores mensais por meio de uma média aritmética ponderada. Pareceu-nos o critério mais válido mas convém recordar que existiam outras possibilidades (ex. verificar a evolução dos salários de um conjunto de pedreiros nominalmente identificados).

B.2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE

Obtidos os salários médios dos pedreiros nos quatro meses de fim de trimestre para o período de 1844/1898 tivemos a intenção de testar a hipótese das variações de salários registadas serem o resultado de modificações efectivas nas remunerações dos trabalhadores, e não a mera expressão de variações de amostra. Constatamos que para mais de 60% dos anos da amostra seria de rejeitar a hipótese das alterações resultarem exclusivamente de questões de amostragem. Estes resultados confirmaram-nos a conveniência de construir um índice dos salários, o que não exigiu nenhum esforço adicional: tomamos como ano base 1867 para garantir uma mais fácil comparabilidade com os índices de preços, a que correspondia um salário diário médio de 310,3 reis.

B.3. OS DADOS E A SUA LEITURA

Os índices de salários dos pedreiros na região do Porto encontram-se no Quadro 3. Como é óbvio são índices de salários nominais e é sobre eles que nos vamos debruçar para apresentar uma primeira visão de conjunto, graficamente representada no Gráfico 3.

a) Considerando a globalidade do período, podemos, tal como fizemos para os preços, traçar uma tendência de evolução, representável analiticamente da seguinte forma

$$\log SP = 4,13980 + 1,67171 \cdot 10^{-1} \log t + c$$

(115,694) (14,470)

$$R^2 = 0,813 \quad F = 209,383 \quad DW = 0,399$$

o que aponta para uma tendência de crescimento com atenuação dessa dinâmica ao longo do período em termos absolutos e relativos.

Note-se, de passagem, a similitude que apresenta em relação a correspondente regressão dos preços.

Como facilmente se deduz gráfica e analiticamente existe um movimento oscilatório em torno da tendência que poderemos designar de «conjuntural» expressando uma evolução adicional com leis próprias de comportamento.

b) Dizermos apenas que entre o primeiro e último anos considerados a taxa de crescimento médio anual foi de 0,9% é manifestamente insuficiente, perdendo-se toda a riqueza de informação compilável

através de uma divisão em subperíodos que tenha em conta a dinâmica interna de alteração, o que pode ser resumido no quadro seguinte:

Anos	Tx. var. anual
1849/1865	+ 2,2%
1865/1869	— 2,7%
1869/1878	+ 3,6%
1878/1885	— 1,9%
1885/1891	+ 0,9%
1891/1892	— 9,3%
1892/1898	+ 1,4%

donde ressalta, além de outros aspectos que exigiriam uma análise histórica a que não nos propomos, que os períodos de alta são geralmente mais longos que os de baixa.

Para além dos dados anteriores, convirá referir que as variações anuais quer no sentido da alta quer da baixa são normalmente de pouca monta, excepto nos anos de 1857 e 1874, para os aumentos, e 1892 para a baixa.

c) Tal como já tínhamos registado em relação aos preços, há uma frequente alternância de variações positivas (com uma duração média de 3,1 anos) e negativas (com 2,1).

E que dizer em relação à evolução dos salários reais? Antes do mais convirá chamar a atenção para alguns aspectos teóricos relacionados com esse próprio conceito que a prática de sua utilização faz esquecer. E as breves observações que aqui queremos deixar expressas, que de alguma forma já surgiram durante o artigo ao analisarmos as posições de algumas escolas sobre a relação entre salários e preços, são as seguintes:

a) A economia capitalista é necessariamente monetária. A moeda e o valor são duas faces de uma mesma realidade, pelo que as mercadorias exprimem obrigatoriamente o seu valor sob a forma de preço, para reforçar o sentido, de «preço nominal». A mercadoria força de trabalho não escapa a esta lei de manifestação do valor, pelo que a categoria primeira é a de salário nominal.

b) O conceito de «salário real» é prático porque permite medir o poder de compra do que o trabalhador recebe, torna possível uma observação em termos de valor de uso. Contudo é preciso ter presente que é uma abstracção, é uma categoria que lógica e economicamente se situa num tempo posterior em relação ao salário nominal, simplesmente salário.

Com estes cuidados teóricos, podemos então caminhar para uma primeira quantificação do «salário real» tomando como referência os

índices de preços da «alimentação popular», o que é manifestamente insuficiente na medida em que engloba uma parcela relativamente reduzida dos valores de uso indispensáveis à vida quotidiana dos trabalhadores, apesar da alimentação ocupar percentagens bastante elevadas na utilização dos rendimentos pelos trabalhadores nas economias atrasadas.

Avancemos com os dados disponíveis. No Quadro 4 estão sintetizados os seus índices anuais. O facto deste assunto já ter sido abordado durante o artigo, embora de uma forma diferente, dispensa-nos uma leitura específica.

Mas não deixa de ser interessante cotejar estes resultados com aquilo que é afirmado em alguns trabalhos sobre a realidade portuguesa no séc. XIX tais como (CABRAL, 10, 247/seg.) e (CASTRO, 15, 184/seg.).

QUADRO 3 — Índice de Salários de Pedreiros (Porto)

Ano	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.	Anual
1844	74,75	73,67	74,66	74,31	74,4
1845	75,12	76,25			75,7
...					
1849			73,76	73,09	73,4
1850	72,73	71,58	74,47	75,79	73,6
1851	74,16	73,78	74,66	74,84	74,4
1852	74,29	74,84	75,52	75,44	75,0
1853	77,73	76,25	75,86	76,75	76,7
1854	80,55	79,89	77,08	78,79	79,1
1855	79,12	79,12	81,57	80,55	80,1
1856	71,96		78,17	81,97	77,4
1857	90,97	86,99	94,27	88,07	90,1
1858	91,53	92,67			92,1
1859			96,99	92,58	94,8
1860	88,28	96,38	96,27	93,08	93,5
1861	95,80	96,66	103,65	100,12	99,1
1862	97,62	99,22	101,28	101,42	99,9
1863	97,82	98,45	94,73	92,63	95,9
1864	102,81	103,68	100,51	104,08	102,8
1865	101,80	105,72	106,01	103,46	104,3
1866	100,53	101,31	99,53	100,36	100,4
1867	99,88	101,45	100,56	98,09	100,0
1868	97,18	97,65	96,13	95,93	96,7
1869	94,60	92,96	93,50	93,46	93,6
1870	93,99	95,12	94,52	93,09	94,2
1871	93,73	95,31	97,16	97,06	95,8
1872	96,14	99,79	100,64	102,73	99,8

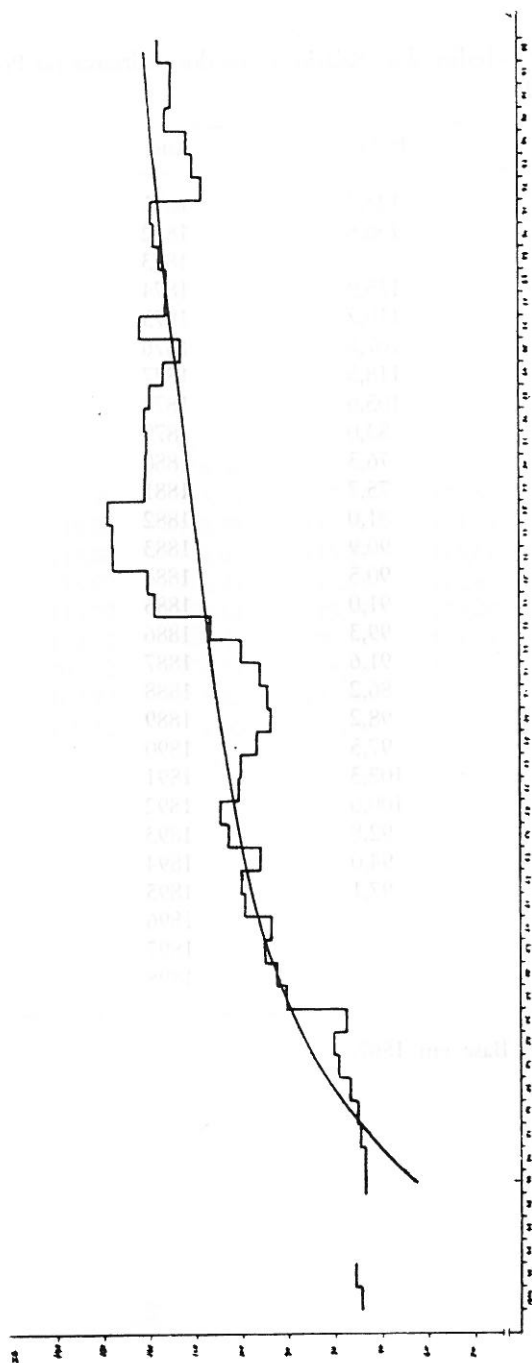
Ano	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.	Anual
1873	101,42	104,91	107,48	111,40	106,3
1874	116,62	117,45	121,27		118,5
1875	107,40	115,99	127,44	129,20	120,0
1876	120,83	131,83	127,44	129,83	127,5
1877	115,76	131,09	129,73	134,64	127,8
1878	128,70	126,61	134,01	125,90	128,8
1879	122,32	122,10	120,40	117,43	120,6
1880	116,74	119,09	120,00	126,25	120,5
1881	116,04	116,50	120,70	127,56	120,2
1882	119,16	122,28	123,00	118,47	120,7
1883	121,19	116,65	121,75	117,83	119,4
1884	119,68	112,83	116,76		116,4
1885	111,94	118,68	103,44	117,35	112,9
1886	116,90	115,74	127,83	125,51	121,5
1887	119,83	115,99	113,77	114,56	116,0
1888	114,80	118,01	115,29	115,61	115,9
1889	115,99	115,94	118,09	118,45	117,1
1890	116,92	118,12	119,74	119,28	118,5
1891	122,62	121,87	120,71	112,17	119,3
1892	107,12	109,75	108,80	107,19	108,2
1893	107,97	111,22	110,60	110,41	110,1
1894	109,62	111,38	113,36	112,35	111,7
1895	112,71	118,31	117,01	116,43	116,1
1896	113,35	116,20	115,67	113,93	114,8
1897		114,60	114,52	115,14	114,8
1898	116,12	119,19	116,11	119,22	117,7

QUADRO 4 — Índice dos «Salários reais» dos pedreiros no Porto (1844/1898)

Ano	Índice	Ano	Índice
1844	124,8	1871	100,3
1845	136,6	1872	108,6
...		1873	109,2
1849	135,9	1874	112,2
1850	119,7	1875	118,1
1851	107,8	1876	114,1
1852	118,5	1877	118,7
1853	105,6	1878	115,1
1854	83,0	1879	106,3
1855	76,3	1880	109,9
1856	75,7	1881	121,0
1857	81,0	1882	114,8
1858	90,9	1883	106,4
1859	90,5	1884	109,8
1860	91,0	1885	112,9
1861	99,3	1886	127,1
1862	91,6	1887	123,7
1863	86,2	1888	125,4
1864	98,2	1889	125,8
1865	97,5	1890	115,0
1866	102,3	1891	106,0
1867	100,0	1892	109,0
1868	92,8	1893	109,0
1869	94,0	1894	98,8
1870	97,1	1895	97,6
		1896	104,2
		1897	98,3
		1898	96,6

Observações: Base em 1867.

Gráfico 3 — Índice de Salários, Pedreiro, CMP, 1884/1898



BIBLIOGRAFIA

- [1] ARQUIVO DO GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO — «Livro dos Registos dos Preços».
- [2] «Livros do Cofre, Documentos de Despesa».
- [3] «Relações dos Preços dos Géneros», Livros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 9.
- [4] BARRE, Raymond — «Economie Politique», 5.^a Ed. atualizada, 1965, Paris, Presse Universitaire de France, 2 Vol..
- [5] BOCCARA, Paul (AAVV) — «Le Capitalisme Monopoliste d'État», 1.^a Ed., 1971, Paris, Editions Sociales, 2 vol..
- [6] BOYER, Robert — «Les salaires en longue période», *Economie et Statistique*, n.º 103, 1978 — Set, Separata de CEPREMAP, pp. 59.
- [7] BOYER, Robert (AAVV) — «Accumulation, Inflation, Crises», 1.^a Ed., 1978, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 260.
- [8] «Approches de l'inflation: exemple français», 1.^a Ed. 1978, Paris, CEPREMAP, 5 vol. mais 1 de debate.
- [9] BRUNHOFF, Suzanne — «Etat et Capital-Recherches sur la politique économique», 1.^a Ed., 1976, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble/Maspero, pp. 126.
- [10] CABRAL, Manuel Vilaverde — «O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Séc. XIX», 2.^a Ed. rev. e aum., 1977, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 361.
- [11] «Portugal na Alvorada do Séc. xx — Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914», 1979, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 473.
- [12] CAROSI, Paulo — «Curso de Filosofia», 1963, Ed. Paulistas, 3 Vol..
- [13] CARQUEJA, Bento — «Economia Política», 1930, Porto, Comércio do Porto, 5 Vol..
- [14] CASTRO, Armando — «História Económica de Portugal», 1.^a Ed., Lisboa, Ed. Caminho, editados 2 volumes.
- [15] «A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX», 2.^a Ed., 1971, Porto, Limiar, pp. 255.
- [16] CERVELA, Luís Linares — «Las categorias esencia y fenomeno en el análisis del salario», *Economia y Desarrollo*, n.º 64, 1981-Set, p. 37-50.
- [17] COURBIS, R. — «Determination des salaires et competitivité», in *Competitivité et Croissance en Economie Concurrencée*, Cap. 3 Paris, Dunod.

- [18] COSTA, Ramiro da — «O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal», 1975, Lisboa, Assírio e Alvim, pp. 117.
- [19] CRESPO, Jorge (AAVV) — «A Alimentação no Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1766-1831)», *Revista de História Económica e Social*, n.º 7, 1981-Jun., p. 93-110.
- [20] DELAUNAY, Jean-Claude — «Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale — Éléments d'une théorie du système français actuel de comptabilité nationale», 1.ª Ed., Paris, Ed. Sociales, pp. 255.
- [21] ECKSTEIN, Otto (AAVV) — «Long Term Properties of the Price — Wage Mechanism in the United States, 1891 to 1977», *The Review of Economics and Statistics*, Vol. LX, n.º 3, 1978 — Ag, pp. 323-33.
- [22] ERDOS, P. — «The Law of Value and the Real Wages in Capitalism», *Acta Oeconomica*, Vol. 12, n.º 3-4, 1974, p. 309-320.
- [23] FERREIRA, J. A. Pinto — «Preços de Géneros Alimentícios Comercializados nos Mercados do Porto no Séc. XIX (1844-1899) — Subsídios Estatísticos para a História Económica da Cidade», 1.ª Ed. 1972, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 321.
- [24] FITOUSSI, J.-P. — «Inflation, Equilibre et Chomage», Paris, Cuja, pp. 289.
- [25] FONSECA, Carlos da — «História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal», 1.ª Ed. s/d, Lisboa, Publicações Europa-América, publicados 4 vol.
- [26] FUSCHINI, Augusto — «O Presente e o Futuro de Portugal», 1899, Comp. Tipográfica.
- [27] GODINHO, Vitorino Magalhães — «Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850». 1.ª Ed., 1955, Paris, Armand Colin, pp. 371.
- [28] GONZALEZ, Humberto Perez — «Economia Política do Capitalismo — Breve Exposição da doutrina económica de Marx». Tradução portuguesa de Luís Mesquita Dias com revisão de Marcio Moreira Alves, 1.ª Ed. 1977, Lisboa, Seara Nova, 2 Vol.
- [29] JEVONS — «The Theory of Political Economy», 1965, Augustus M. Kelley.
- [30] JOHNSTON, John — «Econometric Methods», 1.ª Ed., 1963, Nova Iorque, McGraw-Hill, Tradução brasileira de Seiki Kaneko Endo, São Paulo, Atlas Editora, 1.ª Ed. 4.ª Tir. 1977, pp. 318.
- [31] JUGLAR — «Des Crises Commerciales et de leur retour périodique, en Angleterre, en France et aux Etats Unis» 1889, Lib. Guillaumin et C.ª, pp. 291.
- [32] KEYNES, John Maynard — «The General Theory of Employment, Interest and Money», 1957, Londres, MacMillan & C.ª, Ed. Brasileira, Trad. Augusto Sousa e rev. de Nuno Fidelino de Figueiredo, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, pp. 366.
- [33] KNOWLES — «O Desenvolvimento Económico durante o Séc. XIX», 1940, Coimbra, Coimbra Ed. Ld.ª.

- [35] KONDRATIEFF, Nicolai D. — «Die langen wellen der konjunktur», Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik, 1926, Trad. Espanhola in Las Ondas Largas de la Economia, Rev. Trad. M. Paredes, 1946, Madrid, Revista de Occidente.
- [36] KOUTSOYIANNIS, A. «Theory of Econometric», 1981, 2.^a Ed., 3.^a Reim., Nova Iorque, The Macmillan Press, pp. 681.
- [37] LENINE — «Le développement du capitalisme en Russie », 1977, Moscovo, Ed. Progresso, Obras Completas, 3.^o Vol. pp. 717.
- [38] LIPSEY, Richard G. — «The Relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in United Kingdom, 1862-1957: A Further Analysis» *Economica*, 1960, p. 1-31.
- [39] MANDEL, E. — «Traité d'economie Marxiste», 1962, Paris, Union Général d'Editions, 4 vol.
- [40] MARX, Karl — «O Capital-Livro I», Centelha, Coimbra, 1.^a Ed. 1974, pp. 302.
- [41] «Le Capital — Critique de l'Economie Politique», Tradutores: Joseph Roy e outros, 1969, Ed. Sociales, 8 volumes.
- [42] «Salaire, Prix et Profit», 1969, Paris, Ed. Sociales, pp. 92.
- [43] MARX, Karl (AAVV) — «Critique des Programmes de Gotha et d'Erfurt», Trad. Émile Bottigelli, 1966, Paris, Ed. Sociales, pp. 158.
- [44] MENCHIKOV, S. — «Le Cycle Economique — Phenomènes nouveaux dans le développement économique du capitalisme», Trad. Louis Perroud, 1.^a Ed. 1976, Moscovo, Ed. Progresso, pp. 525.
- [45] MOURA, Francisco Pereira — «Lições de Economia», 1.^a Ed. 1964, Lisboa, Clássica Editora, pp. 447.
- [46] OTT, David J. (AAVV) — «Macroeconomic Theory», 1.^a Ed., 1975, Toquio, McGraw-Hill, pp. 401.
- [47] PARKIN, Michael — «Incomes Policy: Some Further Results on the Determination of the Rate of Change of Money Wages», *Economica*, 1970, Nov., p. 386-401.
- [48] PEREIRA, Miriam Halpern — «Livre-cambio e desenvolvimento económico em Portugal na segunda metade do séc. XIX», 1.^a ed., 1971, Lisboa, Cosmos.
- [49] «Política e Economia — Portugal nos séculos XIX e XX», 1979, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 149.
- [50] «A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930», 1.^a Ed., 1981, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 259.
- [51] PHILLIPS, A. W. — «The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom 1861-1957», *Economica*, 1958, Nov, p. 283-299.
- [52] PIMENTA, Carlos — «Força de Trabalho e Trabalho», *Revista Técnica do Trabalho*, n.º 2, 1979, Dez., pp. 115-158.
- [53] «O Marxismo e a Curva de Phillips», no prelo.

- [54] «Salários, Contratação Colectiva e Inflação», *Revista Técnica do Trabalho*, n.º 1, 1979, Junho, pp. 131-150.
- [55] PIMENTA, Carlos (AAVV) — «A Curva de Phillips em Portugal — Síntese do Significado Económico, Económico e Político da curva de Phillips na sua versão inicial e posteriores desenvolvimentos. Explicitação das suas hipóteses e das condicionantes económico-sociais à sua verificação», 1981, «Estudos Urbanos e Regionais» n.º 28, IACEP.
- [56] PINDYCK, Robert (AAVV) — «Econometric Models and Economic Forecasts», 1.ª Ed., 1976, Tóquio, McGraw-Hill, pp. 580.
- [57] RODRIGUEZ, Carlos Rafael — «La verdadera relacion entre los salarios y los precios», *Economía y Desarrollo*, n.º 57, 1980, Junho, pp. 23-36.
- [58] SACHS, Jeffrey — «The Changing Cyclical Behavior of Wages and Prices: 1890-1976», *American Economic Review*, 1980, Março.
- [59] SERRÃO, Joel (AAVV) — «Dicionário da História de Portugal», 1979, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 6 vol.
- [60] TELLES, Bazilio — «Carestia de Vida nos Campos», 1904, Livraria Chardson.
- [61] TENGARRINHA, José — «As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920», *Análise Social*, Vol. XVII, n.º 67-68, 1981, pp. 573-601.
- [62] ULRICH, Ruy Ennes — «Crises Económicas Portuguezas», 1902, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 243.

CARLOS PIMENTA

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra
Bairro de S. José, 2 — Coimbra — Portugal
Out./83 — 50 ex.—Depósito legal n.º 2021/83